

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

DPS - DIRETORIA DE POLÍTICA SOCIAL

ÁREA DE EDUCAÇÃO

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:

DISPÊNDIOS PÚBLICOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS COM
EDUCAÇÃO

1990-1993

Edlamar Batista

Dezembro/1994

Í N D I C E

- 1 - COMENTÁRIOS GERAIS
 - 2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES APRESENTADAS
 - 3 - PANORAMA EDUCACIONAL BRASILEIRO
 - 4 - PRIORIDADES DE INVESTIMENTOS NO SETOR EDUCACIONAL
 - 5 - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO - FONTES
 - 5.1 - União
 - 5.2 - Estados
 - 5.3 - Municípios
 - 5.4 - Considerações sobre base de cálculo, contribuinte, principais isenções e alíquotas.
 - 6 - EVOLUÇÃO DOS DISPÊNDIOS FEDERAIS E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO POR ÓRGÃOS, PROGRAMAS E PRINCIPAIS FONTES DE RECURSOS (1990-1993)
 - 6.1 - União
 - 6.2 - Ministério da Educação
 - 6.3 - Anexos em valores correntes e em US\$
 - 7 - REGIÃO NORTE - Estados e Municípios das capitais
 - 8 - REGIÃO NORDESTE- Estados e Municípios das capitais
 - 9 - REGIÃO SUDESTE - Estados e Municípios das capitais
 - 10 - REGIÃO SUL - Estados e Municípios das capitais
 - 11 - REGIÃO CENTRO OESTE- Estados e Municípios das capitais
- .EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS E MUNICIPAISXDESPESA EDUCACIONAL NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS POR REGIÃO (1990-92)
- . RECEITA CONSTITUCIONAL VINCULADA A EDUCAÇÃO, DESPESA GLOBAL, DESPESA ESTADUAL PER CAPITA E RELAÇÃO DOCENTE/ ALUNOS POR REGIÃO.
- . ANEXOS EM VALORES CORRENTES E EM US\$

12 - BRASIL

12.1- EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS X
DESPESAS COM EDUCAÇÃO 1990-1992

- . Receita Estadual e Municipal
- . Despesa Estadual e Municipal
- . Despesa global per capita
- . Relação docente/alunos

12.2- DISPÊNDIOS COM EDUCAÇÃO NO BRASIL

- . UNIÃO
- . ESTADOS
- . MUNICÍPIOS

. Os dados utilizados neste trabalho foram extraídos de Relatórios da SOF/SEPLAN , Balanços Gerais da União e STN/Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais - 1983-1992.

. No trabalho apresentamos as seguintes relações : recursos financeiros estaduais/alunado, objetivando encontrar a despesa média global per capita e relação docente/ alunos. Estas relações foram calculadas por Regiões e Estados. Demonstramos o gasto estadual e municipal com educação por região, estados, Municípios das capitais e a Função Educação na União e no Ministério da Educação por programas, fontes de recursos e categoria econômica, bem como, o orçamento da educação superior e os principais programas financiados com a fonte 112 (manutenção e desenvolvimento do ensino).

Do ponto de vista do financiamento estadual e municipal, apresentamos as principais fontes que são a receita tributária, cota parte do Fundo de Participação dos Estados e Municípios e cota parte do salário - educação.

A receita tributária e a cota parte do Fundo do Participação dos Estados e Municípios são as mais importantes, visto que, constitucionalmente tem que aplicar no mínimo 25% das mesmas no financiamento da educação.

O salário - educação não é tão significativo, porém, está dentro do grupo " Participação na receita da União" e, representa aproximadamente 10% deste conjunto de recursos.

1 - DESPESA MEDIA GLOBAL PER CAPITA/ALUNOS MATRICULADOS

. Demonstra o resultado do montante de recursos aplicados nos níveis de ensino pré-escolar, fundamental e médio nos exercícios de 1990/91/92 sobre o número de alunos matriculados na rede estadual, objetivando obter a despesa global per capita, uma vez que as condições de ensino são as mesmas para os três níveis, visto que é necessário professor qualificado em sala de aula e manutenção das despesas administrativas.

2 - MATRICULADOS/DOCENTES

Demonstra a quantidade de alunos matriculados por docente.

3 - RECURSOS CONSTITUCIONAIS VINCULADOS À EDUCAÇÃO X DISPÊNDIOS COM EDUCAÇÃO

Demonstra o montante de recursos vinculados à Educação por força de lei e o que é efetivamente gasto com educação.

Ao analisarmos o panorama educacional brasileiro, observa-se que o sistema nacional de educação, desde o ensino fundamental até o superior, tem sofrido distorções e a falta de soluções objetivas tem feito com que as incorreções do passado venham se acumulando ao longo dos anos, tornando-se crônicas.

Isto pode ser visto através de uma análise mesmo que ligeira da última década, onde observa-se o seguinte:

- Ausência de políticas claras e conseqüentes de Educação infantil, Fundamental, Média e Superior;

- criação de escolas técnicas e superiores extemporâneas;

- gratuidade indiscriminada do ensino;

- ausência de funcionalidade e superdimensionamento dos prédios e instalações de ensino;

- falta de planejamento quanto à criação dos cursos e seus currículos;

- indefinição das responsabilidades entre o poder estadual e municipal no setor educacional;

- ausência de uma carreira docente, valorizando o mérito e a competência;

- insuficiência de recursos para manter um padrão educacional mínimo na educação básica;

- ineficiência da escola pública;

- esgotamento do atual plano de gestão.

É reconhecido e proclamado que o sistema educacional vigente não passou pelas reformulações necessárias para atender e acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico, apresentado pelo desenvolvimento econômico.

O Sistema Nacional de Ensino, se expandiu mas em seu⁴ cerne, permanece a mesma estrutura, e, isto impediu que os objetivos dos diversos níveis de ensino fossem alcançados, redundando em um dos obstáculos ao processo de desenvolvimento do País.

Na década de 80, os indicadores sociais da criança e do adolescente mostra a diferença inequívoca entre a educação básica da rede pública (federal, estadual e municipal) e a particular no campo da eficiência, medida pela taxa de evasão imediata e pela proporção de repetentes, Nos anos de 1987-88 a taxa de evasão imediata representava 15,4% na primeira série da escola pública, na particular situava em torno de 6%. No conjunto do País, os repetentes somam 24,4% nas escolas públicas e 9% nas particulares. Em ambos os casos as diferenças regionais são evidentes.

No caso específico do terceiro grau a rigidez de seus quadros e as formas acadêmicas tradicionais parecem não permitir a flexibilidade necessária para oferecer um ensino adequado ao desenvolvimento do País, visto que em seu conjunto apresenta uma relativa incapacidade para desenvolver pesquisas e conseqüentemente acompanhar o extraordinário e acelerado progresso da ciência moderna.

Outrossim, é reconhecido que os estudantes não estão sendo bem preparados nas escolas e principalmente o de terceiro grau, ao se formar, não está suficientemente habilitado para a relevante tarefa que lhe é confiada.

As diferenças entre a escola pública e a privada demonstram também as profundas desigualdades sociais em que vivem a população estudantil. Fica claro que a escola não está garantindo a todos um mínimo de condições que torne as chances sociais menos desiguais. Além disso a baixa eficiência do sistema educacional é uma realidade, pois, em média de cada três crianças matriculadas em qualquer série do ensino fundamental apenas uma havia concluído a série anterior, as outras duas matrículas são de alunos repetentes ou evadidos que retornaram a escola.

Assim sendo, torna-se imperativo, reformular o ⁵ Sistema Nacional de Ensino, tarefa que exige além de mais investimentos a necessidade de estabelecer prioridades para o mesmo. Além disso, torna-se necessário uma melhor distribuição de responsabilidades entre os governos estaduais e municipais objetivando otimizar o conjunto de recursos disponíveis para a educação, dentro de um planejamento objetivo e criterioso, visto que o mesmo tem uma importância estratégica na definição das prioridades.

Portanto, é necessário repensar os rumos da negociação política a partir de um planejamento de longo prazo, priorizando as demandas de acordo com um projeto efetivamente nacional, para que a Nação possa ingressar definitivamente na era do desenvolvimento científico e tecnológico. Vale ressaltar, que dentro do contexto de melhor divisão de responsabilidades entre o poder estadual e municipal, o estado deve ficar responsável pelo ensino fundamental, em colaboração com os municípios, cabendo ao mesmo o papel de coordenador do sistema de ensino, uma vez que o Brasil é uma República Federativa, e, neste contexto, torna-se necessário uma coordenação de instância superior pois, o papel da União, com relação a escolaridade obrigatória deve consistir apenas no cumprimento de sua função redistributiva.

Outrossim, a nível federal deve ser estabelecido como prioridade de política educacional a institucionalização de mecanismos eficientes, transparentes e do ponto de vista social justos, visto que é necessário compensar as desigualdades locais e regionais, eliminando as políticas imediatistas e clientelistas, objetivando preparar o aluno do primeiro, segundo e terceiro graus, para a imensa tarefa que lhes cumpre realizar em favor do desenvolvimento brasileiro que é melhorar o nível de escolaridade básica e o padrão técnico do homem, habilitando-o a melhor enfrentar o desafio tecnológico que está presente em todas as áreas.

4 - PRIORIDADES DE INVESTIMENTOS NO SETOR⁶ EDUCACIONAL

Torna-se urgente uma reforma estrutural no Sistema Nacional de Educação e que no bojo da mesma seja contemplado a necessidade de estabelecer as prioridades de investimentos no setor educacional, tanto em termos de volume de recursos alocados para o setor, como em relação a forma de distribuição desses recursos entre o primeiro, segundo, e terceiro graus.

Os recursos destinados a atender as políticas sociais, num quadro de crise fiscal, devem ser compatíveis com as necessidades mais imediatas das populações carentes, deixando para um segundo plano outros investimentos, que precisam ser reduzidos. Assim, por exemplo, gastos com educação fundamental e saúde deveriam ser prioritários.

O que se verifica, porém, é justamente o contrário, pois, as fontes de financiamento do setor educacional são muito influenciadas pelo desempenho da economia, visto que as políticas de ajuste redundaram em queda na arrecadação do tesouro, e, conseqüentemente houve uma redução dos investimentos realizados em educação, em todos os níveis da federação. Isto pode ser constatado através de uma análise do período de 1990 a 1992, em que a despesa global com Educação no Brasil foi da ordem de US\$ 19,7 bilhões, US\$ 15,0 e US\$ 13,7, respectivamente, apresentando um decréscimo de 31% em relação a 1990. Porém, em 1993 os dispêndios federais voltaram dos níveis de 1990, crescendo 63% em relação a 1992.

Em termos setoriais, podemos afirmar que a educação básica é realmente um dos setores mais penalizadas dentro do quadro de instabilidade dos fluxos de investimentos, visto que sua principal fonte financiadora é a receita tributária.

Essa deficiência no financiamento da educação, especialmente do ensino fundamental é uma característica específica do sistema educacional brasileiro, e, isto tem merecido análise de vários pesquisadores, Castro, por

exemplo. mostra que o desenvolvimento histórico da política⁷ educacional brasileira não é similar ao padrão internacional, ou seja, as taxas de crescimento dos níveis de ensino fundamental ao universitário do sistema educacional não obedecem a uma evolução progressiva uma vez que os vários níveis evoluem aleatoriamente uns dos outros. Assim, na década de 70, o ensino de pós-graduação cresceu (31%) apresentando uma taxa de crescimento relativamente superior ao próprio ensino universitário (12%) e este por sua vez, maior que o nível secundário (11%). Em se tratando do ensino fundamental, a evolução da taxa de crescimento não passou de 4%. Portanto, *"O topo da pirâmide cresce, antes que haja suficiente cobertura dos níveis inferiores"*.

No período de 1990-92, as taxas de crescimento foram as seguintes: pré-escolar cresceu 0,3%, fundamental 3,5%, médio 16,3% e superior apresentou uma variação negativa de 0,3%, o que demonstra a mesma situação.

A priorização do ensino superior em prejuízo da educação básica tem sua origem no poder das elites que é representada pelas classes média e alta, através de sua importância política, e também como condutora dos processos de decisão governamental, visto que tem conseguido estabelecer com êxito seus objetivos na definição do padrão educacional brasileiro. No Ministério da Educação, os gastos globais com educação superior representam mais de 50% dos recursos disponíveis e sua principal fonte financiadora é a 112 - manutenção e desenvolvimento do ensino, uma vez que foram aplicados nos exercícios de 1992/93 o montante de recursos equivalentes à 66,0% e 73% de sua arrecadação, enquanto no ensino fundamental foram aplicados somente 1,6% e 0,7%, respectivamente.

Quanto aos estados, observa-se um crescimento significativo da rede estadual no período de 1980-1991, pois, foram criados e ampliados várias universidades e instituições isoladas nas seguintes unidades da federação: Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Paraíba, Pará, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina, São Paulo, não estando claro os objetivos que levaram esses estados à criação

destas instituições, principalmente nas regiões norte e⁸ nordeste, onde as necessidades em relação ao ensino fundamental e médio são acentuadas, e, na mesma proporção solicitam recursos externos para solucioná-los. O setor estadual em 1980 representava 7% da oferta global de matrículas passando para 11% em 1991.

Na década de 80, os dispêndios federais com o orçamento da educação superior, que são as despesas com o programa de ensino superior e outras correlacionadas com o mesmo, consumiram aproximadamente 60% dos recursos alocados no Orçamento do Ministério da Educação, e no período de 1990 - 1993 a situação é praticamente a mesma pois estas despesas representaram 59,0%, 54% , 58% e 56%, respectivamente.

A despesa média global per capita⁽¹⁾ do aluno universitário federal em 1990/ 1991 foi US\$ 9.309,0 e US\$ 6.417,0 respectivamente. No mesmo período a despesa global per capita dispendida pela Nação com alunos de rede pública estadual nos níveis de ensino pré-escolar, fundamental e médio foi de US\$ 575,0 e US\$ 364,0 anuais. Observa-se que a despesa global do aluno universitário equivale a 16,2% e 17,6% alunos do ensino elementar e médio da rede estadual. Isto demonstra uma distorção do sistema educacional, visto que aplica proporcionalmente um maior volume de recursos no ensino superior que é o topo da pirâmide educacional.

Outrossim, cabe ressaltar que se compararmos nosso sistema educacional com outros internacionais, dentre os quais destaca-se o sistema americano de ensino, verifica-se que existe no ensino de terceiro grau uma grande diferenciação entre as instituições voltadas para o ensino profissional e os centros de excelência. Assim sendo a despesa com ensino profissional é quase a mesma dos demais níveis de ensino, visto que as condições para ministrar um ensino de qualidade são as mesmas, tais como: professor

1 - . Despesa Média Global - inclui todos os subprogramas vinculados ao ensino superior, considerando como despesa média global per-capita a despesa executada no exercício dividida pelo número de alunos matriculados.

qualificado em sala de aula; escolas com um padrão mínimo de⁹ funcionamento e material didático. Assim sendo, podemos citar como exemplo, o dispêndio médio, por aluno no ensino elementar e secundário nos EUA, foi de US\$ 4.000, em 1986. Mas alguns estados como o Alaska, Nova Jersey e Nova York, gastaram mais de US\$ 5.000 por aluno. O professor de escola pública ganhou, em média, US\$ 25.250 ao ano (1986). Mas os professores de Dakota do Sul, ganharam, em média, somente US\$ 18.100, enquanto os de Estado do Alaska ganharam perto de US\$ 41.500 ao ano, isto demonstra que as diferenças básicas existem.

Entretanto, nos centros de excelência como as universidades e institutos voltados para a pesquisa científica e tecnológica os custos dobram, visto que são necessários um volume significativo de recursos para manter uma instituição desse padrão (variando de mais de US\$ 10.000 por ano acadêmico em Harvard ou Yale). Portanto, a despesa global de um aluno em um centro de excelência nos EUA, corresponde no máximo a três vezes a de um aluno do ensino elementar ao secundário.

No Brasil, a maioria de nossas Instituições Federais de ensino são voltadas para o ensino profissional, pois, aplicam mais de 60% de seus recursos com o ensino de graduação e as instituições privadas em sua grande maioria também estão concentradas neste nível de ensino, investindo muito pouco em pesquisa.

Quando analisamos os recursos da União para a educação constata-se que o Ministério da Educação é o órgão mais importante deste setor, visto que são alocados em seu orçamento mais de 70% dos recursos federais destinados ao sistema educacional e deste montante mais de 50% são gastos com pessoal e encargos. Com relação ao orçamento federal para a educação superior, verifica-se que os recursos integrantes do mesmo estão concentrados em dois programas: Ensino superior e Saúde sendo que os subprogramas vinculados aos mesmos que concentram a maior quantidade de recursos são: graduação 75,0%, 71,0%, 68,0% e 70%; Pós graduação 8%, 9% e 10% ; Bolsas de Estudo 4,0%, 5,0% e 4,0% e Pesquisa

aplicada e fundamental 1,5%, 1,0%, 0,7% e 0,6% e Hospitais¹⁰ Universitários uma média de 13%, no período de 1990-93, respectivamente.

Do valor global alocado no orçamento do MEC em 1991/92 para o programa ensino superior que engloba todas as Instituições Federais de Ensino Superior foram aplicados em pessoal e encargos 86% e 74% do valor dos dispêndios e com outras despesas correntes 11,0% e 20,0%, restando somente 3,0% e 6,0% para investimentos, o que evidencia um gasto administrativo relativamente elevado. A relação docente/administrativos e docente/alunos nas Instituições Federais é de 7 alunos. Esta relação, é em parte decorrente do sistema de créditos implantado nas mesmas. Porém, não podemos deixar de salientar que em uma instituição pública é necessário estabelecer exigências para adequar o fluxo de alunos no período previsto para conclusão dos cursos, objetivando a igualdade de oportunidades. Atualmente, a permanência média dos alunos é de 8 anos.

Nos Hospitais universitários os gastos com pessoal e encargos representam 59,0% e 55,0% de seu orçamento, outras despesas correntes 39,0% e 41% e investimentos 2,0% e 3,0%, respectivamente.

Temos ao todo no Sistema Federal de Ensino Superior uns 10 (dez) centros de excelência que deveriam ser tratados de forma diferenciada, no entanto as normas burocráticas e o modelo são as mesmas para todas as instituições em qualquer nível que esteja e em qualquer região.

Além disso, quando se analisa a aplicação dos recursos financeiros na educação, no período 1990/1993, verifica-se o seguinte:

a) A esfera pública que mais investe em ensino é a estadual, seguida da União e municípios, mas o volume de recursos é insuficiente para manter um padrão educacional mínimo;

b) O Ministério da Educação investe mais de 50% de seus recursos no ensino superior e conseqüentemente não

consegue aplicar o mínimo de 50% da arrecadação de impostos¹¹ vinculados ao setor para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, conforme determina a Constituição (artigo 60 da ADCT);

c) A principal fonte financiadora do ensino básico na esfera federal é o salário-educação e não a fonte 112- Manutenção e desenvolvimento do ensino, como determina a Constituição;

d) A principal fonte financiadora do orçamento da educação superior federal é a fonte 112 - manutenção e desenvolvimento do ensino, visto que foram aplicados no período (1990 - 1993), mais de 70% de sua arrecadação nestas despesas;

e) O Sistema Federal de Ensino consumiu neste período mais de 90% dos recursos oriundos da principal fonte financiadora do sistema de ensino.

f) Os Estados e Distrito Federal investem seus recursos mais especificamente no ensino fundamental e médio;

g) Os municípios investem mais recursos no ensino pré-escolar e fundamental;

h) A despesa estadual anual per capita das Regiões, no Brasil em 1992 são as seguintes: Norte US\$ 274,5 , Nordeste US\$ 268,1 , Sudeste US\$ 379,6 , Sul US\$ 375 e Centro Oeste US\$ 350,4.

Observa-se que as regiões Norte e Nordeste apresentam uma média anual per capita de US\$ 270,0 e as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste US\$ 370, porém, melhorou em relação ao que foi gasto na década de 80 (US\$ 230). Entretanto, muito resta a ser feito pela educação no Brasil, pois com uma despesa média mensal da ordem de US\$ 22,6 e US\$ 31,0, respectivamente, é quase impossível ministrar cursos de qualidade e tornar o sistema mais eficiente.

A escassez e má gestão dos recursos na educação¹² básica e média, a crescente queda da qualidade do ensino e a predominância do corporativismo e do formalismo burocrático no enfrentamento da questão do magistério com relação a sua formação e remuneração, redundou em um dos fatores que, aliado às carências econômicas e sociais das crianças na última década, contribuiu para a ineficiência da escola pública, e conseqüentemente com sua derrota.

Outrossim, não podemos deixar de abordar a questão de formação do magistério em nível superior, visto que os currículos, especialmente no caso das licenciaturas, são inadequados por não proporcionarem formação básica sólida e uma formação técnica competente. No caso específico do curso de pedagogia, observa-se uma significativa redução de habilitações já na graduação, além de não atender às necessidades específicas para o exercício profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino, resultando na escassa competência pedagógica do sistema educativo para trabalhar com clientela social e culturalmente diversificadas, como é o caso dos alunos de baixa renda que freqüentam as escolas das periferias.

Partindo da premissa de que as instituições de ensino privados de bom nível ganham 100% de lucro e que as mesmas custam em média US\$ 165 dólares mensais, que equivale a uma despesa anual de US\$ 1,980, constata-se que seu custo deve ser da ordem de US\$ 990,0 anuais e US\$ 82,0 mensais. Assim sendo, até as regiões mais desenvolvidas como a Sudeste e Sul (US\$ 370,0 anuais), gastaram somente 37% deste valor. Com este dispêndio mensal per capita, o quadro da educação no Brasil é caótico, pois o que vemos são escolas desaparelhadas e professores em sua grande maioria desqualificados.

Isto prova a diferença inequívoca entre a escola pública e a privada e as profundas desigualdades em que vivem os estudantes e, que a escola não está garantindo a todos um mínimo de condições que torne as chances sociais menos desiguais.

A educação deve ser uma preocupação nacional, uma¹³ responsabilidade estadual e uma função local. Em vista disto, cada uma das Assembléias legislativas deveriam ter a liberdade de determinar o seu próprio sistema para suas próprias escolas. Cada uma delas deveriam estabelecer as exigências básicas mínimas para o Ensino e para os professores que julguem apropriadas. No entanto no Brasil, dado as profundas diferenças regionais isto ainda é um sonho.

Além disso, num país em desenvolvimento como o nosso não basta dar prioridade a educação no setor público é preciso reverter esse quadro através da avaliação dos investimentos no setor e alocação de mais recursos para a educação básica e média objetivando melhorar o valor per capita anual porém, estabelecer um outro plano de gestão desses recursos públicos para que os mesmos sejam otimizados.

A ausência de uma política educacional clara e conseqüente, aliada a falta de definição nas prioridades de investimentos para o setor, redundou no fracasso da escola pública, tornando-se prioridade nacional a sua recuperação pois a população brasileira não pode e não quer conviver com um sistema fracassado onde a ausência destes fatores colaborou para que os dirigentes do escalão superior da educação pública nessas últimas décadas, preocupassem somente com os aspectos materiais, tais como: expansão da rede física, instalações e equipamentos, sem dar a mínima importância aos aspectos fundamentais como eficiência do setor e qualidade do ensino.

Portanto, recuperar o sistema educacional através do estabelecimento de prioridades no setor é o melhor caminho para enfrentarmos os desafios de uma nação que busca o desenvolvimento econômico e social.

O Sistema Nacional de Educação em seus diferentes níveis de ensino, é financiado com recursos oriundos do setor público, através dos órgãos da administração direta e indireta das esferas públicas federal, estadual e municipal e pelo setor privado, através das mensalidades cobradas pelas escolas particulares às famílias e outras entidades privadas.

As principais fontes públicas de recursos para a educação são as seguintes:

5.1 - UNIÃO

. recursos orçamentários provenientes dos impostos federais, conforme determina a Constituição Federal em seu artigo 212, onde determina que a *"União, deve aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino, nunca menos de 18% da total da Receita Tributaria de cada exercício;"*

. recursos vinculados provenientes do Fundo de Investimento Social-FINSOCIAL, que é uma fonte financiadora da área social. Estes recursos são alocados para atender despesas com o programa "Assistência ao Educando" que são gastos com merenda escolar, livros e material didático;

. recursos provenientes do salário-educação, vinculados à educação fundamental, que correspondem à alíquota de 2,5% da folha dos salários-contribuição devida pelas empresas comerciais e industriais e, no caso específico da empresa agrícola, produtor ou empregador rural. Deste montante 1/3 é a quota-parte federal administrada pela União e os 2/3 restante são repassados para os Estados;

. outros recursos provenientes de diversas fontes.

5.2 - ESTADOS

. Recursos orçamentários oriundos da Receita Tributária Estadual conforme determina a Constituição (art.

212) - "Nunca menos de 25% da arrecadação de impostos¹⁵ estaduais devem ser aplicados na educação".

. Recursos provenientes da quota-parte do salário educação, correspondente a 2/3 da arrecadação no Estado e estes devem ser aplicados na educação fundamental.

. Fundo de Participação dos Estados (FPE), resultante da transferência de recursos federais. Desse montante (25%) devem ser aplicados em educação;

. Outros recursos provenientes de outras fontes, destacando-se os provenientes do FINSOCIAL, Fundo Social de emergência e os da cota do salário-educação, sob responsabilidade do MEC, que são as transferências voluntárias feitas aos Estados.

5.3 - MUNICÍPIOS

. Recursos orçamentários provenientes da receita tributária municipal, conforme determina a Constituição (art. 212) - *"Também no município, 25% dos recursos devem ser aplicados na educação"*;

. Fundo de Participação dos Municípios (FPM), resultante da transferência de recursos federais, sendo que 25% desses recursos devem ser aplicados na escolaridade obrigatória;

. Outros recursos provenientes de outras fontes, destacando-se os provenientes da cota federal do salário-educação (transferências voluntárias do MEC) e das Secretarias Estaduais de Educação, transferidos aos Municípios.

5.4 - CONSIDERAÇÕES SOBRE BASE DE CÁLCULO - CONTRIBUINTE - PRINCIPAIS ISENÇÕES E ALÍQUOTAS.

. A principal fonte financiadora do sistema nacional de educação conforme dá a entender a Constituição são os 18% da receita tributária.

. O salário-educação é uma contribuição social,¹⁶ prevista na Constituição Federal, vinculado ao financiamento do ensino fundamental público. Essa contribuição social provém de todas as empresas vinculadas à Previdência Social Urbana, exceto a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios; as escolas públicas e particulares; as entidades filantrópicas hospitalares e utilidade pública; as organizações de fins culturais reconhecidas como relevantes para o desenvolvimento cultural.

O salário-educação é constituído pela alíquota de 2,5%, incidentes sobre o total da remuneração paga pela empresa contribuinte a seus empregados e, é recolhida pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, vinculado ao MEC através do INSS - Instituto Nacional de Seguro Social.

Estes recursos são distribuído da seguinte forma:

. 2/3 (Quota Estadual) são repassados para a Secretaria de Educação do Estado onde o recurso foi gerado;

. 1/3 (Quota Federal) é alocado no orçamento do FNDE, que aplica em programas do MEC no ensino fundamental. Deste montante, 25% são por força de lei, repassados para os municípios.

. As transferências dos recursos à órgãos ou entidades estaduais, municipais e do governo do Distrito Federal, são as chamadas transferências voluntárias do Ministério da Educação.

6 - EVOLUÇÃO DOS DISPÊNDIOS FEDERAIS COM EDUCAÇÃO¹⁷ POR ÓRGÃOS, PROGRAMAS E PRINCIPAIS FONTES DE RECURSOS

6.1 - UNIÃO (1990-1993)

A despesa global com Educação executada pela União, no período (1990-1993), decresceu em 1991 e 1992, voltando a crescer em 1993.

Esta queda ocorreu em virtude da política recessiva instalada pelo governo que iniciava, redundando na crescente queda da receita do Tesouro, visto que o mesmo tinha como meta principal o equilíbrio das contas públicas. Porém, em 1992, inicia um novo governo e os dispêndios voltaram a elevar-se, conforme abaixo especificado.

Despesa global com Educação (1990-1993)

(US\$ milhões)

1990 -	7.349,0
1991 -	5.524,0
1992 -	4.355,0
1993 -	7.113,0

O montante global aplicado no orçamento da educação nos exercícios acima especificados, evidenciam uma queda real de 25,0%, 21,0% e um crescimento de 61% em 1993, elevando a despesa ao patamar de 1990.

Para análise da evolução dos dispêndios em educação, executados pela União através de seus vários órgãos, apresentamos os anexos I, II e III, que indicam, através da aplicação de recursos, os órgãos mais importantes no setor, os programas mais significativos e a principal fonte financiadora do sistema federal que é a 112 - manutenção e desenvolvimento do ensino. Porém, vamos considerar para análise o ano de 1993, em decorrência da elevação das despesas. Os dados financeiros nos indicam que o órgão responsável pela maior parcela de recursos é o Ministério da

Educação, visto que, representa 80% do montante global¹⁸ despendido pela União, aí incluídas as despesas com inativos e pensionistas. A seguir está as transferências à Estados, Municípios e Distrito Federal, com 14,4% do total e restringem-se ao repasse da cota parte do salário- educação para os estados (9,8%) e recursos destinados ao governo do Distrito Federal para aplicação na função Educação (4,6%), que é muito considerável, pois representa 50% dos recursos da cota estadual / salário educação repassados para todas as unidades da Federação. O gasto com ensino em outros Ministérios é pequeno (5,5%).

Considerando os recursos alocados no valor de US\$ 2.085,0 milhões em todos os órgãos federais para o ensino fundamental, verifica-se que o mesmo representa 29,3% da despesa global, porém, está incluído neste montante os recursos destinados ao Governo do Distrito Federal e as transferências constitucionais / salário educação repassadas aos Estados.

O ensino superior e as despesas correlacionadas com o mesmo, tais como: hospitais universitários, restaurante universitário e bolsas de estudo, representam 43,7% do orçamento global.

O ensino médio representou 5,6% e merenda escolar 6,2%.

Considerando o exercício de 1993 em relação a 1990, observa-se que as despesas voltaram ao mesmo patamar, porém algumas apresentaram variação positiva como é o caso do ensino fundamental (3,6%), merenda escola (0,9%), despesas com inativos e pensionistas (5%), que a partir de 1992 foram transferidos para o órgão Encargos Previdenciários da União, mas sob supervisão do MEC e despesas com ensino em outros ministérios (1,2%).

Os programas que sofreram variação negativa foram: ensino médio (0,2%); ensino superior (3,4%); hospitais universitários (0,6%), cota parte dos estados/salário- educação (3,9%); recursos para o Governo do Distrito Federal

(4,0%). Constatase que a maior redução foi de (7,9%) e¹⁹ ocorreu em Transferências à Estados, Municípios e Distrito Federal que são destinadas ao ensino fundamental.

Outrossim, vale salientar que despesas com inativos e pensionistas duplicaram em relação a 1990, passando a ter um peso significativo e a merenda escolar cresceu 200% em relação ao exercício de 1992.

Quanto as despesas da União com Educação Superior, verifica-se que o Ministério da educação consumiu 89,3% do conjunto de recursos e Outros Ministérios 10,7%. Observa-se que estas despesas sofreram variações, tendo decrescido 25% e 20% em 1991 e 1992, porém em 1993 apresenta um crescimento de 52% em suas despesas. O responsável por esta variação positiva, é o ensino de graduação e pós-graduação que cresceram significativamente em relação a 1992. Comparando a despesa de 1993 com 1990, observa-se que a mesma está menor 9%, porém, esta queda é decorrente da transferência dos dispêndios com inativos e pensionistas para o órgão Encargos Previdenciários da União.

Conforme demonstrado na tabela II, o programa de Ensino Superior na União representa 86,2% , 86,9% , 85,4% e 87,0%, respectivamente, do montante global alocado no orçamento da educação superior, porém, alguns subprogramas vinculados ao mesmo concentra a maioria absoluta dos recursos tais como:

. ensino de graduação, que compreende projetos de coordenação e manutenção dos serviços administrativos, coordenação a manutenção do ensino, manutenção do acervo bibliográfico, representando 75,3%, 70,9%, 67,5% e 69,5%, respectivamente.

. o segundo subprograma de maior volume é o de Assistência Médica e Sanitária (hospitais universitários), com 13,4%, 12,7%, 14,3% e 12,7% da despesa realizada, respectivamente.

. o terceiro subprograma, é o de pós-graduação representando 8,0% , 8,8% e 10,3% dos gastos, neste

período, tendo apresentado proporcionalmente uma variação²⁰ positiva em todos os exercícios, compreende projetos e atividades ligadas ao Sistema Nacional de Pós-Graduação.

. o quarto subprograma, é o de Bolsas de Estudo, à cargo do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico E Tecnológico) e da Coordenação do Pessoal de Nível Superior (CAPES), que é o órgão responsável pelo desenvolvimento e coordenação das atividades de pós-graduação no país, destacando-se dentre suas funções o acompanhamento e avaliação da pós-graduação, representando 3,6%, 4,8% e 3,7%, respectivamente, em relação ao gasto global, tendo apresentado um crescimento significativo a partir de 1991.

. o quinto subprograma é o dos Campi Universitários com 0,7%, 1,4% , 1,3% e 2,1% das despesas, e, compreende as ações desenvolvidas com vistas à construção, ampliação e reformas dos campi universitários, incluindo-se no mesmo as atividades e projetos de infra-estrutura.

. os subprogramas pesquisa fundamental, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimentais, representam somente 0,6% da despesa uma vez que, em nossa análise, consideramos os principais programas de trabalho vinculados ao setor educacional, que são: Ensino fundamental, médio e superior, bem como despesas correlacionadas com os mesmos. O subprograma "pesquisa" à nível de funcional programática pertence ao programa de trabalho: Ciência e Tecnologia. Portanto, o valor ora apresentado não espelha o montante aplicado pela União, nesta área visto que grande parte dos recursos aplicados neste programa estão alocados no orçamento das empresas públicas e Fundações de Apoio à pesquisa. Neste contexto as Fundações de Apoio vinculadas às universidades tem uma participação muito significativa no financiamento desta despesa, porém, estes recursos não são computados no orçamento do MEC. Isto demonstra que o Ministério da educação, não atua nesta área e que sua ação restringe-se ao ensino profissional.

Os demais subprogramas são vinculadas à coordenação²¹ e manutenção dos serviços administrativos e representam 0,2%. As despesas globais da União são financiadas com recursos do Tesouro e outras fontes, porém, a receita proveniente do Tesouro Nacional é a principal, conforme demonstra os percentuais.

Exercício		Recursos do Tesouro
1990	-	95%
1991	-	89,2%
1992	-	86,1%
1993	-	83,0%

A principal fonte financiadora do sistema federal é a 112 (manutenção e desenvolvimento do ensino), conforme tabela III, uma vez que o valor global dos dispêndios no período 1990-93 foram de US\$ 7.349; US\$ 5.524; US\$ 4.355 e US\$ 7.113,0 e os recursos da referida fonte foram de US\$ 3.746, US\$ 3.077, US\$ 2.656 e US\$ 2.622, representando no financiamento global 51,0%, 55,7%, 61,0% e 37,0%. A queda em 1993 é decorrente do aumento das despesas globais da União em 63%, e transferência das despesas com inativos e pensionistas para outro órgão. Porém, em termos de arrecadação esta fonte se manteve estável, pois, decresceu só 1,3% em relação a 1992. Se considerarmos o financiamento de 9% nas despesas com Inativos e Pensionistas o percentual eleva para 46%.

Os principais programas financiados com esta fonte em 1993, são:

. Ensino superior	-	65,4%
. Inativos e pensionistas	-	9,0%
. Ensino médio	-	7,8%
. Hospitais universitários	-	7,5%
. Ensino fundamental	-	5,1%

. Administração	-	3,1%
. Outros	-	2,1%.

Observa-se, que se somarmos o Programa de Ensino Superior que engloba as Instituições federais de ensino superior, órgãos que atuam com capacitação de recursos humanos de nível superior, administração, hospitais universitários e inativos e pensionistas, visto que são despesas correlacionadas com o mesmo, constata-se que 81% dos recursos globais arrecadados são aplicados nesta programação. Com relação ao ensino fundamental, verifica-se que o Ministério aplicou neste programa somente 0,7% e foram repassados para o Governo do Distrito Federal 4,4%.

O financiamento do ensino médio que engloba as escolas técnicas e agrotécnicas federais, representa 7,8%. Além dessas despesas ainda temos que considerar os gastos com inativos e pensionistas vinculado a estas instituições.

Portanto, o sistema federal de ensino através de suas despesas diretas e indiretas consome 95,0% da principal fonte financiadora da educação como dá a entender a Constituição.

Dentro deste cenário, podemos afirmar que esta fonte de recursos existe para manter as instituições federais de ensino médio e superior.

I
UNIAO

DISPENDIOS GLOBAIS REALIZADOS EM EDUCACAO
POR ORGAOS E PROGRAMAS/SUBPROGRAMAS
1990 A 1993

US\$ milhoes

GRAMAS/ SUBPROGRAMAS	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%
MINISTERIO DA EDUCACAO	<u>5.390</u>	73,4	<u>4.222</u>	76,4	<u>3.301</u>	75,8	<u>4.986</u>	70,1
Administracao	150	2,0	91	1,7	75	1,7	139	2,0
Adm. financeira	43	0,6	71	1,3	115	2,7	50	0,7
Planejamento governamental	4	0,1	7	0,1	2	0,1	5	0,1
Infra-estrutura e tecnologia	-	-	4	0,1	1	-	-	-
Telecomunicacoes	3	-	2	-	3	0,1	1	-
Educacao da crianca								
de 0 a 6 anos	2	-	11	0,2	28	0,6	38	0,5
Ensino fundamental	831	11,3	759	13,7	742	17,1	1.058	14,9
Ensino medio	368	5,0	266	4,8	224	5,1	339	4,8
Ensino superior	2.690	36,6	1.929	34,9	1.621	37,3	2.363	33,2
Ensino supletivo	-	-	13	0,2	1	-	1	-
Educacao fisica e desportos	-	-	-	-	-	-	2	-
Assocativismo estudantil	-	-	-	-	-	-	-	-
Bolsas de estudos	4	-	4	0,1	4	0,1	5	0,1
Residencia p/ educando	-	-	-	-	-	-	-	-
Restaurante universitario	12	0,2	10	0,2	6	0,1	9	0,1
Assistencia social geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Cultura	18	0,3	7	0,1	6	0,1	8	0,1
Educacao especial	11	0,2	15	0,3	6	0,1	24	0,3
Cooperacao Internacional	-	-	1	-	-	-	-	-
Alimentacao e nutricao	391	5,3	281	5,1	145	3,4	438	6,2
Assistencia medica e sanitaria	454	6,2	322	5,8	293	6,7	395	5,6
Produtos profilaticos	-	-	-	-	-	-	1	-
Assistencia ao menor	-	-	-	-	-	-	63	0,9
Protecao ao trabalhador	12	0,2	1	-	12	0,3	37	0,5
Inativos e pensionistas	375	5,1	406	7,4	2	-	-	-
PASEP	22	0,3	20	0,4	15	0,3	10	0,1
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
RANSF. A ESTADOS, MUN. E DF	<u>1.642</u>	22,3	<u>961</u>	17,4	<u>892</u>	20,5	<u>1.027</u>	14,4
Cota parte dos Estados/ salario educacao	1.009	13,7	659	11,9	650	14,9	698	9,8
Recursos repassados para o GDF	633	8,6	302	5,5	242	5,6	329	4,6
ENCARGOS PREVID. DA UNIAO	=	-	=	-	=	-	<u>709</u>	10,0
Recursos sob supervisao do MEC (inativos e pensionistas)	-	-	-	-	-	-	709	10,0
OUTROS MINISTERIOS	<u>316</u>	4,3	<u>341</u>	6,2	<u>162</u>	3,7	<u>391</u>	5,5
Ensino medio	86	1,2	58	1,1	40	0,9	59	0,8
Ensino superior	230	3,1	282	5,1	122	2,8	332	4,7
TOTAL GERAL	<u>7.349</u>	100	<u>5.524</u>	100	<u>4.355</u>	100	<u>7.113</u>	100

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990/91/92/93)

I
UNIAO

DISPENDIOS GLOBAIS REALIZADOS EM EDUCACAO
POR ORGAOS E PROGRAMAS/SUBPROGRAMAS
1990 A 1993
(recursos de todas as fontes)

CR\$ mil

PROGRAMAS/ SUBPROGRAMAS	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%
MINISTERIO DA EDUCACAO	366.898	73,4	1.728.196	76,4	15.026.214	75,8	449.825.826	70,1
Administracao	10.211	2,0	37.389	1,7	341.055	1,7	12.544.674	2,0
Im. financeira	2.950	0,6	28.890	1,3	525.221	2,7	4.518.062	0,7
Gestao governamental	273	0,1	2.827	0,1	11.250	0,1	425.353	0,1
Ciencia e tecnologia	22	-	1.577	0,1	3.207	-	42.159	-
Telecomunicacoes	197	-	906	-	12.665	0,1	89.797	-
Educacao da crianca								
de 0 a 6 anos	117	-	4.639	0,2	125.854	0,6	3.417.364	0,5
Ensino fundamental	56.523	11,3	310.805	13,7	3.378.850	17,1	95.428.539	14,9
Ensino medio	25.063	5,0	108.983	4,8	1.018.803	5,1	30.587.433	4,8
Ensino superior	183.050	36,6	789.504	34,9	7.379.668	37,3	213.164.713	33,2
Ensino supletivo	-	-	5.387	0,2	3.823	-	118.620	-
Educacao fisica e desportos	1	-	-	-	-	-	192.108	-
Associativismo estudantil	1	-	9	-	-	-	-	-
Cursos de estudos	252	-	1.580	0,1	17.135	0,1	449.656	0,1
Residencia p/ educando	-	-	6	-	54	-	811	-
Restaurante universitario	849	0,2	4.292	0,2	28.444	0,1	767.036	0,1
Assistencia social geral	11	-	70	-	685	-	28.057	-
Cultura	1.216	0,3	2.981	0,1	25.964	0,1	750.513	0,1
Educacao especial	768	0,2	5.947	0,3	27.506	0,1	2.141.775	0,3
Cooperacao internacional	12	-	404	-	1.302	-	35.392	-
Alimentacao e nutricao	26.603	5,3	115.147	5,1	662.130	3,4	39.508.716	6,2
Assistencia medica e sanitaria	30.924	6,2	131.911	5,8	1.333.156	6,7	35.632.999	5,6
Produtos profilaticos	-	-	-	-	-	-	110.140	-
Assistencia ao menor	-	-	-	-	-	-	5.637.918	0,9
Protecao ao trabalhador	833	0,2	451	-	53.380	0,3	3.326.282	0,5
Inativos e pensionistas	25.507	5,1	166.269	7,4	9.391	-	7.995	-
PROSEMP	1.515	0,3	8.049	0,4	66.638	0,3	894.570	0,1
Doutros	-	-	173	-	33	-	5.144	-
TRANSF. A ESTADOS, MUN. E DF	111.749	22,3	393.115	17,4	4.060.358	20,5	92.634.453	14,4
Cota parte dos Estados/								
salario educacao	68.639	13,7	269.599	11,9	2.957.932	14,9	62.920.158	9,8
Recursos repassados para o GDF	43.110	8,6	123.516	5,5	1.102.426	5,6	29.714.295	4,6
CARGOS PREVID. DA UNIAO	=	-	=	-	=	-	63.944.522	10,0
Recursos sob supervisao do MEC (Inativos e pensionistas)	-	-	-	-	-	-	63.944.522	10,0
OUTROS MINISTERIOS	21.509	4,3	139.172	6,2	735.012	3,7	35.300.477	5,5
Ensino medio	5.871	1,2	23.917	1,1	181.078	0,9	5.326.672	0,8
Ensino superior	15.638	3,1	115.555	5,1	554.534	2,8	29.973.805	4,7
TOTAL GERAL	500.156	100	2.260.783	100	19.822.184	100	641.705.278	100

Fonte: SEPLAN/SOF/ORCAMENTO REALIZADO 1990 A 1993
valores a precos correntes

II

UNIAO EDUCACAO SUPERIOR

DISPENDIOS GLOBAIS COM EDUCACAO SUPERIOR
EXECUTADO PELO MEC E OUTROS MINISTERIOS
1990 A 1993

PROGRAMAS	US\$ milhoes							
	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%
MINISTERIO DA EDUCACAO	<u>3.156</u>	93,2	<u>2.261</u>	88,9	<u>1.920</u>	94,0	<u>2.766</u>	89,3
ENSINO SUPERIOR	<u>2.689</u>	79,4	<u>1.929</u>	75,8	<u>1.621</u>	79,4	<u>2.362</u>	76,3
Ensino de graduacao	2.388	70,5	1.571	61,8	1.296	63,5	1.885	60,8
Ensino de pos-graduacao	204	6,0	171	6,8	169	8,3	255	8,2
Ensino universitario	12	0,4	9	0,3	7	0,3	17	0,5
Campus universitario	23	0,7	35	1,4	27	1,3	64	2,1
Treinamento de recursos humanos	5	0,1	-	-	4	0,2	4	0,1
Bolsas de estudo	-	-	93	3,6	99	4,8	113	3,7
Pesquisa fundamental	21	0,6	12	0,5	10	0,5	15	0,5
Pesquisa aplicada	29	0,9	13	0,5	3	0,2	3	0,1
Desenvolvimento experimental	-	-	-	-	-	-	-	-
Fusao cultural	-	-	-	-	1	-	1	-
Adm./Financeira e Planejamento	5	0,2	18	0,7	5	0,2	4	0,1
Outros programas	2	0,1	7	0,3	-	-	1	-
ASSISTENCIA A EDUCANDOS	<u>13</u>	0,4	<u>11</u>	0,4	<u>6</u>	0,3	<u>9</u>	0,3
Residencia para educandos	-	-	-	-	-	-	-	-
Restaurante universitario	13	0,4	10	0,4	6	0,3	9	0,3
FUNDE	<u>454</u>	13,4	<u>322</u>	12,7	<u>293</u>	14,3	<u>395</u>	12,7
Hospitais universitarios	454	13,4	322	12,7	293	14,3	395	12,7
OUTROS MINISTERIOS	<u>230</u>	6,8	<u>282</u>	11,1	<u>122</u>	6,0	<u>332</u>	10,7
TAL GERAL	<u>3.386</u>	100	<u>2.544</u>	100	<u>2.042</u>	100	<u>3.098</u>	100

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990/91/92/93)

UNIAO
EDUCACAO SUPERIOR

DISPENDIOS GLOBAIS COM EDUCACAO SUPERIOR
EXECUTADO PELO MEC E OUTROS MINISTERIOS

1990 A 1993

(recursos de todas as fontes)

Cr\$ mil

PROGRAMAS	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%
MINISTERIO DA EDUCACAO	<u>214.823</u>	93,2	<u>925.713</u>	88,9	<u>8.741.321</u>	94,0	<u>249.565.559</u>	89,3
ENSINO SUPERIOR	<u>183.050</u>	79,4	<u>789.504</u>	75,8	<u>7.379.668</u>	79,4	<u>213.164.713</u>	76,3
Ensino de graduacao	162.492	70,5	643.051	61,8	5.898.596	63,5	170.045.779	60,8
Ensino de pos-graduacao	13.878	6,0	70.088	6,8	771.129	8,3	22.978.068	8,2
Ensino universitaria	849	0,4	3.517	0,3	29.841	0,3	1.510.144	0,5
Campus universitario	1.599	0,7	14.433	1,4	123.841	1,3	5.818.390	2,1
Treinamento de recursos humanos	327	0,1	-	-	16.812	0,2	376.917	0,1
Cursos de estudo	3	-	37.865	3,6	453.245	4,9	10.207.985	3,7
Pesquisa fundamental	1.404	0,6	4.790	0,5	47.114	0,5	1.367.400	0,5
Pesquisa aplicada	1.985	0,9	5.293	0,5	15.065	0,2	314.204	0,1
Desenvolvimento experimental	17	-	98	-	629	-	26.431	-
Uso cultural	22	-	136	-	2.384	-	71.762	-
Admin./Financeira e Planejamento	345	0,2	7.529	0,7	20.696	0,2	385.324	0,1
Outros programas	129	0,1	2.704	0,3	676	-	62.309	-
SISTENCIA A EDUCANDOS	<u>349</u>	0,4	<u>4.298</u>	0,4	<u>28.497</u>	0,3	<u>767.847</u>	0,3
Residencia para educandos	-	-	6	-	54	-	-	-
Restaurante universitario	849	0,4	4.292	0,4	28.443	0,3	767.847	0,3
UDE	<u>30.924</u>	13,4	<u>131.911</u>	12,7	<u>1.333.156</u>	14,3	<u>35.632.999</u>	12,7
Hospitais universitarios	30.924	13,4	131.911	12,7	1.333.156	14,3	35.632.999	12,7
OUTROS MINISTERIOS	<u>15.638</u>	6,8	<u>115.556</u>	11,1	<u>554.534</u>	6,0	<u>29.973.805</u>	10,7
TOTAL GERAL	<u>230.461</u>	100	<u>1.041.269</u>	100	<u>9.295.855</u>	100	<u>279.539.364</u>	100

Fonte: SEPLAN/SOF/ORCAMENTO REALIZADO 1990 A 1993

valores a precos correntes

UNIAO
FONTE 112 (MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO)
 Aplicacao dos recursos por programas
 1990 a 1993

US\$ milhoes

DISCRIMINACAO	VALOR							
	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%
EDUCACAO SUPERIOR	<u>2.687</u>	71,7	<u>1.950</u>	63,4	<u>1.756</u>	66,1	<u>1.913</u>	72,9
Ensino superior	2.534	67,7	1.767	57,4	1.600	60,2	1.715	65,4
Restaurante universitario	5	-	8	0,3	2	0,1	-	-
Residencia para educandos	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospitais universitarios	148	4,0	175	5,7	154	5,8	198	7,5
ENSINO FUNDAMENTAL	<u>229</u>	6,1	<u>267</u>	8,7	<u>222</u>	8,4	<u>134</u>	5,1
MEC/ Aplicacao direta	229	6,1	100	3,2	43	1,6	17	0,7
Educacao / GDF- gov. do Distrito Federal	-	-	167	5,5	179	6,7	117	4,4
ENSINO MEDIO	<u>296</u>	7,9	<u>306</u>	9,9	<u>221</u>	8,3	<u>204</u>	7,8
INATIVOS E PENSIONISTAS	382	10,3	403	13,1	339	12,8	235	9,0
ADMINISTRACAO/PLANEJ.	121	3,2	93	3,0	71	2,7	81	3,1
OUTROS	31	0,8	58	1,9	46	1,7	55	2,1
FONTE(112)	<u>3.746</u>	100	<u>3.077</u>	100	<u>2.656</u>	100	<u>2.622</u>	100

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos(dolar medio 1990/91/92/93)

UNIAO
 FONTE 112 (MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO)
 Aplicacao dos recursos por programas
 1990 a 1993

US\$ milhoes

DISCRIMINACAO	VALOR							
	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%
EDUCACAO SUPERIOR	<u>2.687</u>	71,7	<u>1.950</u>	63,4	<u>1.756</u>	66,1	<u>1.913</u>	72,9
Ensino superior	2.534	67,7	1.767	57,4	1.600	60,2	1.715	65,4
Restaurante universitario	5	-	8	0,3	2	0,1	-	-
Residencia para educandos	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospitais universitarios	148	4,0	175	5,7	154	5,8	198	7,5
ENSINO FUNDAMENTAL	<u>229</u>	6,1	<u>267</u>	8,7	<u>222</u>	8,4	<u>134</u>	5,1
MEC/ Aplicacao direta	229	6,1	100	3,2	43	1,6	17	0,7
Educacao / GDF- gov. do Distrito Federal	-	-	167	5,5	179	6,7	117	4,4
ENSINO MEDIO	<u>296</u>	7,9	<u>306</u>	9,9	<u>221</u>	8,3	<u>204</u>	7,8
INATIVOS E PENSIONISTAS	382	10,3	403	13,1	339	12,8	235	9,0
ADMINISTRACAO/PLANEJ.	121	3,2	93	3,0	71	2,7	81	3,1
OUTROS	31	0,8	58	1,9	46	1,7	55	2,1
FONTE(112)	<u>3.746</u>	100	<u>3.077</u>	100	<u>2.656</u>	100	<u>2.622</u>	100

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos(dolar medio 1990/91/92/93)

UNIAO
FONTE 112 (MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO)
 Aplicacao dos recursos por programas
 1990 a 1993

CR\$ mil

DISCRIMINACAO	VALOR							
	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%
EDUCACAO SUPERIOR	<u>182.898</u>	71,7	<u>798.156</u>	63,4	<u>7.993.140</u>	66,1	<u>172.634.706</u>	72,9
Ensino superior	172.467	67,7	723.280	57,4	7.280.840	60,2	154.758.680	65,4
Restaurante universitario	342	-	3.203	0,3	9.311	0,1	49.507	-
Residencia para educandos	-	-	-	-	54	-	511	-
Hospitais universitarios	10.089	4,0	71.673	5,7	702.935	5,8	17.826.008	7,5
ENSINO FUNDAMENTAL	<u>15.566</u>	6,1	<u>109.274</u>	8,7	<u>1.010.075</u>	8,4	<u>12.139.403</u>	5,1
MEC/ Aplicacao direta	15.566	6,1	40.766	3,2	194.536	1,6	1.575.382	0,7
Educacao / GDF- gov. do Distrito Federal	-	-	68.508	5,5	815.539	6,7	10.564.021	4,4
ENSINO MEDIO	<u>20.124</u>	7,9	<u>125.102</u>	9,9	<u>1.004.404</u>	8,3	<u>18.365.763</u>	7,8
INATIVOS E PENSIONISTAS	26.017	10,3	164.910	13,1	1.544.860	12,8	21.188.147	9,0
ADMINISTRACAO/PLANEJ.	8.258	3,2	37.869	3,0	323.838	2,7	7.316.149	3,1
OUTROS	2.073	0,8	23.765	1,9	211.475	1,7	4.996.631	2,1
FONTE(112)	<u>254.936</u>	100	<u>1.259.076</u>	100	<u>12.087.792</u>	100	<u>236.640.799</u>	100

Fonte: SEPLAN/SOF/ ORCAMENTO REALIZADO 1990 A 1993
 valores a precos correntes

A despesa global do MEC no período de 1990 a 1993, apresentou o seguinte crescimento:

Período	Valor	%
1990	5.390,0	-
1991	4.222,0	(21,0)
1992	3.301,0	(22,0)
1993	4.986,0	51,0

Isto evidencia uma variação negativa acentuada da despesa no período de 1990-1992 e um crescimento de 51% em relação a 1992. Se considerarmos os gastos com inativos e pensionistas em 1993, visto que estão incluídos na despesa em 1990, o crescimento eleva para 72%. Esta variação negativa em termos de recursos foi decorrente da política recessiva instalada pelo governo a partir de 1990, redundando na crescente queda da receita do Tesouro. Entretanto os valores indicam que, em termos de despesa não houve grandes oscilações na programação, e, sim redução de recursos de forma linear. Em 1993 as despesas com inativos e pensionistas estão alocadas em Encargos Previdenciários da União/ recursos sob supervisão do MEC. Portanto, as despesas globais do MEC cresceram 5,6% em relação a 1990, se considerarmos os dispêndios com Inativos e Pensionistas.

O período 1990-1993 será demonstrado de forma detalhada através das tabelas IV, V e VI. Os dispêndios realizados sofreram grandes oscilações em 1991 e 1992, porém, recupera-se em 1993, mas os subprogramas que concentram um maior volume de recursos são os mesmos, conforme a seguir especificado:

	US\$ (milhões)	%
<u>Ministério da Educação</u>	<u>5.695,0</u>	<u>100,0</u>
. Ensino Superior	2.363,0	41,5
. Ensino Fundamental	1.058,0	18,5
. Inativos e Pensionistas	709,0	12,6
. Merenda escolar	438,0	7,8
. Hospitais Universitários	395,0	7,0
. Ensino Médio	339,0	6,0
.Admin./Geral/Financeira e Planejamento	194,0	3,4
. Assistência ao Menor	63,0	1,0
. Educ. da criança (0-6 anos)	38,0	0,6
. Proteção ao trabalhador	37,0	0,6
. Educação especial	24,0	0,4
. Outros(PASEP/Cultura/Rest. Universitário	37,0	0,6

Analisando os recursos financeiros aplicados por programas, verifica-se que US\$ 5.132,0 milhões, destinam-se a manutenção das despesas diretas e indiretas do sistema federal de ensino, representando 90,0% do montante global alocado no orçamento do Ministério da Educação.

Neste contexto o Ministério da Educação poderia ser chamado Ministério do Ensino Superior uma vez que deste montante, 64% são aplicados no orçamento da Educação Superior, através do financiamento de despesas diretas e indiretas na formação do aluno de 3º grau. As despesas indiretas correlacionadas com o ensino superior são: hospitais universitários, restaurantes universitários, inativos e pensionistas, administração e subvenções para instituições privadas de utilidade pública. O gasto com

inativos e pensionistas das Instituições Federais e órgãos²⁵ afins representa 80% destes dispêndios.

Além disso, quando analisamos o orçamento da Educação Superior em 1993, à nível de principais subprogramas, os que concentram maior volume de recursos são os mesmos no período.

	<u>US\$(milhões)</u>	<u>%</u>
<u>Ensino Superior</u>	<u>2.766,0</u>	<u>100,0</u>
. Ensino de graduação	1.885,0	70,7
. Hospitais Universitários	395,0	14,8
. Ensino de Pós-Graduação	255,0	9,6
. Bolsas de estudo	113,0	4,2
. Campus universitário	64,0	0,3
. Extensão universitária	17,0	0,2
. Pesq. Fundamental e Aplicada	18,0	0,2
. Restaurante universitário	9,0	0,1
. Outros	10,0	0,1

Quando analisamos os dispêndios globais do Ministério da Educação por natureza da despesa (tabela IV), observa-se que no período (1990 - 1992) foram gastos com Despesas Correntes, 93,0%, 85,0%, 83,2% e 81,1% dos recursos alocados em seu orçamento. Destes percentuais 67,2%, 53,4%, 54,9% e 42% são despesas com pessoal e encargos sociais, ficando o restante, 25,8%, 31,5%, 28,3% e 39%, para despesas de custeio, respectivamente. As despesas de capital representaram 7%, 15%, 16,8% e 18,9%, apresentando um crescimento significativo em 1991 e a partir daí um pequeno crescimento nos dois anos subseqüentes.

Esta queda no gasto com Pessoal e Encargos é o²⁶ reflexo da transferência de despesas com inativos e pensionistas para o órgão Encargos Previdenciários da União a partir de 1993, porém, se considerarmos o montante de US\$ 709,0 milhões, referente a mesma, a despesa global com pessoal eleva para 49,2%. Isto demonstra que o gasto com pessoal foi reduzido em 5,7% em virtude de perdas salariais ocorridas em todo o serviço público.

O orçamento demonstrado indica que a grande maioria das instituições estão voltadas para o ensino profissional, visto que a pós-graduação representa somente 9,6% dos dispêndios globais.

A principal fonte financiadora do Ministério é a 112 (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino), que representa 45,5% da receita global alocada naquela pasta, porém, se adicionarmos 9% referente a Inativos e Pensionistas eleva para 54,5% a segunda fonte é o Produto da Aplicação dos recursos do salário-educação no mercado financeiro (14,3%) e em terceiro lugar estão, recursos ordinários do Tesouro, contribuição para o financiamento da seguridade e recursos de outras fontes diretamente arrecadados e em quarto salário-educação (quota federal) e demais recursos.

Em 1993, observa-se um incremento significativo de recursos ordinários no orçamento da educação, visto que em 1990 representava 7,0%, caiu para 1,8% em 1991, zero em 1992 e apresentou um crescimento de 9,6% em 1993. (anexo V)

. Os dispêndios com Educação Superior no Ministério da Educação por natureza da despesa em 1991 (anexo VI) foram gastos por programas da seguinte forma:

. Ensino Superior = 73,7% dos recursos foram gastos com Pessoal e encargos, 20,3% Outras Despesas Correntes e 6,1% em investimentos.

. Restaurante Universitário = 18,2% dos recursos foram gastos com Pessoal e encargos e 81,8% com Outras Despesas Correntes

. Hospitais Universitários = 55,3% foram gastos com²⁷
Pessoal e encargos, 41,6% com Outras Despesas Correntes e
3,1% com Investimentos.

Portanto, as despesas globais com pessoal e encargos
na referida pasta consumiram 81% e 71% dos recursos alocados
neste orçamento em 1990/91.

MINISTERIO DA EDUCACAO
 Dispendios globais por natureza de despesa
 1990\1991
 (recursos de todas as fontes)

	US\$ milhoes							
	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%
<u>DESPESAS CORRENTES</u>	<u>5.012</u>	<u>93,0</u>	<u>3.593</u>	<u>85,0</u>	<u>2.747</u>	<u>83,2</u>	<u>4.043</u>	<u>81,1</u>
Pessoal e encargos	3.623	67,2	2.257	53,5	1.812	54,9	2.095	42,0
Juros e Enc. com a divida interna	1	-	2	-	-	-	-	-
Juros e Enc. com a divida externa	21	0,4	21	0,5	16	0,5	25	0,5
Outras despesas correntes	1.367	25,4	1.313	31,0	919	27,8	1.923	38,6
<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	<u>378</u>	<u>7,0</u>	<u>629</u>	<u>15,0</u>	<u>554</u>	<u>16,8</u>	<u>943</u>	<u>18,9</u>
Investimentos	339	6,3	580	13,7	462	14,0	808	16,2
Inversoes fiscais	2	-	4	0,1	6	0,2	10	0,2
Amortizacoes Divida interna	4	0,1	6	0,2	10	0,3	15	0,3
Amortizacoes Divida externa	31	0,6	38	1,0	76	2,3	110	2,2
Outras despesas capital	2	-	-	-	-	-	-	-
<u>TOTAL</u>	<u>5.390</u>	<u>100</u>	<u>4.222</u>	<u>100</u>	<u>3.301</u>	<u>100,0</u>	<u>4.986</u>	<u>100,0</u>

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990/91/92/93)

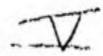
MINISTERIO DA EDUCACAO
Dispendios globais por natureza de despesa
1990\1991
(recursos de todas as fontes)

	CR\$ mil							
	1990	%	1991	%	1992	%	(1) 1993	%
<u>DESPESAS CORRENTES</u>	<u>341.123</u>	<u>93,0</u>	<u>1.470.490</u>	<u>85,0</u>	<u>12.501.810</u>	<u>83,2</u>	<u>364.808.745</u>	<u>81,1</u>
Pessoal e encargos	246.558	67,2	923.617	53,4	8.246.333	54,9	189.013.729	42,0
Juros e Enc. com a divida interna	98	-	972	-	-	-	-	-
Juros e Enc. com a divida externa	1.405	0,4	8.692	0,5	72.220	0,5	2.249.129	0,5
Outras despesas correntes	93.062	25,4	537.209	31,1	4.183.257	27,8	173.545.887	38,6
<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	<u>25.775</u>	<u>7,0</u>	<u>257.706</u>	<u>15,0</u>	<u>2.524.404</u>	<u>16,8</u>	<u>85.017.081</u>	<u>18,9</u>
Investimentos	23.104	6,3	237.465	13,7	2.103.669	14,0	72.871.783	16,2
Inversoes fiscais	127	-	1.838	0,1	29.768	0,2	899.651	0,2
Amortizacoes Divida interna	279	0,1	2.659	0,2	45.105	0,3	1.349.478	0,3
Amortizacoes Divida externa	2.148	0,6	15.744	1,0	345.862	2,3	9.896.169	2,2
Outras despesas capital	117	-	-	-	-	-	-	-
<u>TOTAL</u>	<u>366.898</u>	<u>100</u>	<u>1.728.196</u>	<u>100</u>	<u>15.026.214</u>	<u>100</u>	<u>449.825.826</u>	<u>100</u>

Fonte: SEPLAN/SOF/Orcamento realizado 1990/91/92/93

valores a precos correntes

(1) em 1993 estao excluidas as despesas c/ inativos e pensionistas



MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA GLOBAL REALIZADA POR FONTES DE
FINANCIAMENTO
(recursos de todas as fontes)

		US\$ milhoes							
CODIGO	FONTES DE FINANCIAMENTO	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%
1	<u>RECURSOS DO TESOURO</u>	<u>5.032</u>	93,4	<u>3.624</u>	85,8	<u>2.697</u>	81,7	<u>3.778</u>	75,8
100	Recursos ordinarios	379	7,0	76	1,8	2	-	477	9,6
112	Manut. Desenvolvimento do ensino	3.745	69,5	2.853	67,6	2.126	64,4	2.271	45,5
113	Salario-educacao	505	9,4	275	6,5	311	9,4	318	6,4
153	Contribuicao p/ o financ. da seguridade	248	4,6	283	6,7	145	4,4	462	9,3
	Demais recursos	156	2,9	137	3,2	113	3,5	250	5,0
2	<u>RECURSOS DE OUTRAS FONTES</u>	<u>358</u>	6,6	<u>598</u>	14,2	<u>604</u>	18,3	<u>1.208</u>	24,2
213	Produto da aplicacao dos recursos do salario-educacao	-	-	116	2,7	272	8,2	715	14,3
250	Recursos diretamente arrecadados	347	6,4	399	9,4	296	9,0	474	9,5
	Saldos dos convenios e exercicios anteriores	11	0,2	84	2,0	36	1,1	19	0,4
	<u>TOTAL</u>	<u>5.390</u>	100	<u>4.222</u>	100	<u>3.301</u>	100	<u>4.986</u>	100

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990/91/92/93)



MINISTERIO DA EDUCACAO
EDUCACAO SUPERIOR
DISPENDIOS GLOBAIS COM EDUCACAO SUPERIOR
POR NATUREZA DA DESPESA

Programas/ Elemento Despesa	US\$ milhoes			
	1990	%	1991	%
ENSINO SUPERIOR	<u>2.691</u>	100,0	<u>1.929</u>	100,0
Pessoal e encargos	2.304	85,6	1.421	73,7
Outras despesas correntes	307	11,4	391	20,3
Investimentos	79	2,9	117	6,1
Inversoes financeiras	1	-	-	-
RESTAURANTE UNIVERSITARIO	12	100,0	11	100,0
Pessoal e encargos	2	16,7	2	18,2
Outras despesas correntes	10	83,3	9	81,8
Investimentos	-	-	-	-
ASSISTENCIA A EDUCANDOS	-	-	-	100,0
Outras despesas correntes	-	-	-	100,0
HOSPITAIS UNIVERSITARIOS	454	100,0	322	100,0
Pessoal e encargos	267	58,8	178	55,3
Outras despesas correntes	178	39,2	134	41,6
Investimentos	9	2,0	10	3,1
Inversoes financeiras	-	-	-	-
TOTAL GERAL	<u>3.157</u>	100	<u>2.262</u>	100

valores monetários nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990/91)

7.1- EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS X DESPESAS COM EDUCAÇÃO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS (1990-92)

RECEITA ESTADUAL x DESPESA ESTADUAL

Receita Estadual

As receitas estaduais vinculadas à educação em quase todos os estados desta REGIÃO sofreram drástica redução no período (1990-1992), visto que apresenta em 1992 uma queda de 43% na receita tributária e 3% na cota parte do Fundo de Participação, o que é grave, pois, são as fontes mais significativas no financiamento da educação. (tabelas em anexo).

Considerando o ano de 1992, as receitas e despesas serão apresentadas por ordem crescente, por estados e capitais, conforme a seguir especificado:

<u>RECEITA TRIBUTÁRIA</u>	<u>FUNDO DE PART. DOS ESTADOS</u>
1- Amazonas	1- Pará
2- Pará	2- Tocantins
3- Rondônia	3- Acre
4- Tocantins	4- Amazonas
5- Amapá	5- Rondônia
6- Roraima	6- Amapá
7- Acre	7- Roraima

. A maior receita pertence ao Estado do Amazonas com US\$ 325,0 milhões, representando 37,5% do total arrecadado na região. Em segundo lugar está o Pará com US\$ 315,0 milhões, representando 36%, Rondônia 13%, Tocantins 7%, Amapá 2,5%, Roraima e Acre 2% cada.

Do ponto de vista do financiamento, observa-se que o conjunto de recursos transferidos pela União aos estados

desta REGIÃO somam US\$ 959,0 milhões, enquanto sua receita²⁹ tributária é da ordem de US\$ 870,0 milhões, portanto, 10% menor.

Além disso, o valor correspondente a receita tributária é arrecadado, praticamente por apenas 3 estados visto que são responsáveis por 86% desta arrecadação (US\$ 752,0 milhões). Isto demonstra a falta de recursos próprios nos demais estados e que a região depende dos recursos federais para manter seu sistema educacional.

DESPESA ESTADUAL

1. Pará
2. Amazonas
3. Rondônia
4. Tocantins
5. Acre
6. Amapá
7. Roraima

A despesa estadual global com educação caiu 20% neste período passando de US\$ 625,0 milhões para US\$ 500,0 milhões, porém somente três estados : Pará, Amazonas e Rondônia consomem 86% deste montante, restando 14% para os demais. O maior impacto nas despesas ocorreu em 1991 com uma redução de 16%. Verifica-se que o estado do Amazonas tem a maior arrecadação mas está em segundo lugar em termos de despesa.

. A maior despesa pertence ao estado do Pará com US\$ 172,0 milhões, e representa 34,4% dos dispêndios globais.

. Em segundo lugar está o Amazonas com US\$ 97,0 milhões representando 19,5% dos gastos, portanto, bem menor que o primeiro colocado. Em terceiro está Rondônia com 14,7%, Tocantins 10%, Acre 9%, Amapá 6,4% e Roraima 6%.

. Com relação ao Amazonas, a explicação de sua³⁰ despesa ser menor á o fato de seu alunado ser 50% menor que do Estado do Pará.

. RECEITA MUNICIPAL X DESPESA MUNICIPAL

RECEITA DAS CAPITAIS

RECEITA TRIBUTÁRIA	FUNDO DE PART. MUNICÍPIOS- FPM
1. Belém	1. Palmas
2. Manaus	2. Belém
3. Porte Velho	3. Macapá
4. Macapá	Rio Branco
5. Boa Vista	4. Manaus
6. Rio Branco	Porto Velho
	Boa Vista

A receita tributária das capitais desta Região no valor de US\$ 54,0 milhões equivale somente a 7% da receita tributária estadual. Isto é um indicador que os Municípios do Interior praticamente não tem arrecadação própria.

A cota parte do Fundo de Participação dos Municípios para as capitais no montante de US\$ 85,0 milhões representa apenas 10% do Fundo de Participação dos Estados, porém, é 57% maior que a receita tributária.

. Os recursos federais repassados para as capitais da Região somam US\$ 94,0 milhões, enquanto a receita tributária é US\$ 54,0 milhões, portanto 75% maior que a principal receita. Assim sendo, nestes municípios as transferências constitucionais da União tem um papel decisivo no financiamento da educação.

. Podemos afirmar que a Região depende dos recursos federais para manter o sistema educacional, visto que representa 37% do financiamento global.

1. Belém
2. Manaus
3. Rio Branco
 Macapá
 Porto Velho
4. Boa Vista
5. Palmas

Com relação aos dispêndios educacionais, o conjunto das capitais desta Região gastam US\$ 67,0 milhões, e isto corresponde ao dobro do que deveria gastar constitucionalmente (US\$ 37,0 milhões). Porém, somente duas capitais, Belém e Manaus, consomem US\$ 43,0 milhões que corresponde a 64% do montante global. Capitais como Rio Branco, Macapá e Porto Velho gastam somente US\$ 6,0 milhões cada, Boa Vista US\$ 4,0 milhões e Palmas US\$ 2,0 milhões.

. Os dispêndios das capitais equivalem a 13,4% dos dispêndios estaduais.

. A maior despesa pertence a cidade de Belém com US\$ 22,0 milhões e representa 33% dos gastos globais, em segundo vem o Manaus com US\$ 21,0 milhões representando 31% e terceiro lugar Rio Branco, Macapá e Porto Velho com US\$ 6,0 milhões cada.

REGIAO NORTE

RECEITAS E DESPESAS COM EDUCACAO POR
ESTADOS E MUNICIPIOS DAS CAPITAIS

US\$ milhoes

Estados/capitais	Receita tributaria			Part. na receita da UNIAO			Cota parte do Fundo de Participacao			Despesa com Educacao e Cultura		
	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992
ESTADOS	<u>1 524</u>	<u>1 130</u>	<u>870</u>	<u>993</u>	<u>1 041</u>	<u>954</u>	<u>888</u>	<u>831</u>	<u>864</u>	<u>625</u>	<u>525</u>	<u>500</u>
ACRE	27	21	16	48	124	143	48	124	138	61	48	46
AMAZONAS	689	466	325	204	140	128	158	114	113	141	107	97
PARA	494	417	315	280	259	280	247	201	222	168	182	172
AMAPA	20	17	22	66	77	79	63	74	77	17	35	32
RONDONIA	195	125	112	132	205	94	118	91	90	150	79	73
RORAIMA	24	20	18	16	53	52	8	49	51	52	32	29
TOCANTINS	75	64	63	247	183	178	246	178	175	36	42	51
CAPITAIS	<u>74</u>	<u>72</u>	<u>54</u>	<u>121</u>	<u>85</u>	<u>91</u>	<u>102</u>	<u>75</u>	<u>85</u>	<u>70</u>	<u>77</u>	<u>67</u>
RIO BRANCO	3	2	1	14	12	13	14	12	12	6	5	6
MANAUS	36	33	20	15	3	9	3	2	9	24	32	21
BELEM	22	25	24	25	22	20	20	14	14	18	22	22
MACAPA	2	2	3	14	9	12	14	9	12	7	5	6
PORTO VELHO	6	6	4	15	10	9	14	9	9	7	6	6
BOA VISTA	5	4	2	14	9	9	13	9	9	6	5	4
PALMAS	-	-	-	24	20	19	24	20	19	2	2	2
TOTAL	<u>1 598</u>	<u>1 202</u>	<u>924</u>	<u>1 114</u>	<u>1 126</u>	<u>1 045</u>	<u>990</u>	<u>906</u>	<u>949</u>	<u>695</u>	<u>602</u>	<u>567</u>

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990/91/92)

REGIAO NORTE

RECEITAS E DESPESAS COM EDUCACAO POR
ESTADOS E MUNICIPIOS DAS CAPITAIS

CR\$ milhoes

Estados/capitais	Receta tributaria			Part. na receita da UNIAO			Cota parte do Fundo de Participacao(2)			Despesa com Educacao e Cultura		
	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992
ESTADOS	<u>103.740</u>	<u>462.632</u>	<u>3.962.285</u>	<u>67.595</u>	<u>426.002</u>	<u>4.343.681</u>	<u>60.427</u>	<u>340.394</u>	<u>3.934.274</u>	<u>42.545</u>	<u>214.904</u>	<u>2.276.132</u>
ACRE	1.808	8.657	75.382	3.273	50.752	649.862	3.272	50.697	627.976	4.180	19.567	207.362
AMAZONAS	46.923	190.728	1.477.472	13.902	57.331	582.795	10.746	46.841	512.220	9.656	43.713	443.265
PARA	33.637	170.929	1.433.777	19.080	106.007	1.275.387	16.788	82.252	1.009.755	11.420	74.541	784.065
AMAPA	1.358	6.889	98.187	4.531	31.608	358.929	4.292	30.372	348.737	1.127	14.199	142.260
RONDONIA	13.262	50.983	511.067	8.960	83.659	428.823	8.042	37.300	407.668	10.211	32.283	333.972
RORAIMA	1.622	8.106	81.899	1.055	21.697	238.038	561	19.950	231.246	3.508	13.240	133.195
TOCANTINS	5.130	26.340	284.501	16.794	74.948	809.847	16.726	72.972	796.672	2.443	17.361	232.013
CAPITAIS	<u>5.013</u>	<u>29.596</u>	<u>244.566</u>	<u>8.272</u>	<u>34.871</u>	<u>416.684</u>	<u>6.942</u>	<u>30.588</u>	<u>385.737</u>	<u>4.751</u>	<u>31.507</u>	<u>308.928</u>
RIO BRANCO	197	1.081	6.473	974	5.045	53.549	943	4.693	56.409	404	2.230	26.563
MANAUS	2.444	13.482	90.979	1.007	1.090	41.885	205	947	41.885	1.641	12.956	95.016
BELEM	1.459	10.105	109.359	1.733	9.200	89.482	1.356	5.818	63.374	1.246	8.902	101.047
MACAPA	124	875	11.551	932	3.613	56.719	932	3.580	55.742	456	2.205	28.539
PORTO VELHO	437	2.510	16.064	1.015	3.982	42.595	979	3.873	41.355	473	2.571	27.497
BOA VISTA	352	1.490	8.768	950	3.831	40.401	881	3.686	39.921	411	1.915	19.365
PALMAS	-	53	1.372	1.661	8.110	87.053	1.646	7.991	87.051	120	728	10.896
TOTAL	<u>108.753</u>	<u>492.228</u>	<u>4.206.851</u>	<u>75.867</u>	<u>460.873</u>	<u>4.760.365</u>	<u>67.369</u>	<u>370.982</u>	<u>4.320.011</u>	<u>47.296</u>	<u>246.411</u>	<u>2.585.060</u>

Fonte: STN/ Execucão Orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores a precos correntes

(2) Estados: FPE - Fundo de Participacao dos Estados

Capitais: FPM - Fundo de Participacao dos Municipios

7.2 RECURSOS ESTADUAIS, DESPESA GLOBAL, DESPESA GLOBAL
PER CAPITA E RELAÇÃO DOCENTE/ ALUNOS

. RECURSOS ESTADUAIS VINCULADOS À EDUCAÇÃO X DESPESA
GLOBAL C/ EDUCAÇÃO

. Os recursos vinculados à educação na Região norte em 1990 era de US\$ 605,0 milhões, passando para US\$ 457,0 milhões em 1992, representando uma variação negativa de 25%. Esta queda reflete nos gastos, visto que em 1990 é da ordem de US\$ 625,0 milhões passando para US\$ 500,0 milhões, decrescendo 20% no conjunto das despesas.

. O maior volume de recursos em 1992, pertence ao Pará com US\$ 141,0 milhões, em segundo está o Amazonas com US\$ 112,5 milhões e em terceiro aparece Tocantins com US\$ 64,0 milhões.

. A despesa estadual com os níveis de ensino pré - escolar, fundamental e médio, em 1990 foi de US\$ 580,0 milhões caindo para US\$ 482,5 milhões em 1992, portanto, 16% a menos. Entretanto, representa 96% do montante global gasto com educação elementar e secundária.

RELAÇÃO DOCENTE/ALUNOS

A relação docente/alunos è de 27,8 alunos por professor em 1990, passando para 26,3 em 1992. Esta queda na relação foi devida à contratação de 22.239 professores, representando um crescimento de 50% no período, porém, o número de alunos cresceu somente 42%. Entretanto, a relação de 26,3 alunos não é baixa para os padrões brasileiros.

. Os Estados responsáveis pelo maior crescimento do quadro docente são Rondônia e Amapá, porém, apresentam o maior crescimento em relação ao alunado em virtude de terem sido transformados em Estados.

. Observa-se, que no Estado do Pará que detém a maior despesa, o corpo docente cresceu 15% e o alunado somente 7,6%.

. O Amazonas apresentou um crescimento de 4% no seu quadro discente e seu quadro docente permaneceu estável.³³

DESPESA GLOBAL PER CAPITA ANUAL E MENSAL

. A despesa global per capita em 1990 foi da ordem de US\$ 468,7 anuais e US\$ 39,0 mensais. Em 1992 cai para US\$ 274,5 e US\$ 22,9, respectivamente, representando uma queda de 41%, visto que enquanto os recursos foram reduzidos para o setor, refletindo em sua despesa global o número de professores e alunos elevaram-se em 50% e 42% no período, o que demonstra a instabilidade de recursos para o setor.

. A maior despesa per capita anual e mensal da região pertence ao Estado de Roraima com US\$ 499,3 e US\$ 41,6 , em segundo lugar está o Acre com US\$ 489,4 e US\$ 40,7 em terceiro o Amapá com US\$ 369,2 e US\$ 30,7 e quarto lugar está Rondônia com US\$ 349,8 e US\$ 29,1.

Através do gasto das capitais que são os maiores municípios da região e representam somente 13,4% do montante estadual podemos partir da premissa que aproximadamente 50% do alunado municipal está nos maiores centros urbanos e, que se gasta muito pouco com educação no interior, pois, a grande maioria dos Municípios não tem receita tributária, sobrevivendo de transferências constitucionais e voluntárias das esferas estaduais e federais. Assim sendo, a maioria do alunado do interior deve ser atendido pela rede estadual.

REGIAO NORTE
Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1990

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa com ensino (pre-escolar ao medio)				anual	mensal
REGIAO	605,0	625,0	580,0	1.237.326	44.471	27,8	468,7	39,0
Acre	20,0	61,0	61,0	82.501	3.397	24,3	739,3	61,6
Amazonas	212,0	141,0	138,0	328.112	14.388	22,8	420,6	35,0
Para	186,0	168,0	162,0	708.449	22.505	31,5	228,6	19,0
Amapa	22,5	17,0	17,0	69.808	2.187	32,0	243,5	20,3
Rondonia	81,5	150,0	150,0	10.440	428	24,4	14.368,0	1.197,0
Roraima	8,5	52,0	52,0	38.016	1.566	24,3	1.367,8	113,9
*Tocantins	8,6	36,0	-	-	-	-	-	-

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucão orçamentária dos Estados e Municípios das capitais

* Em 1990 não existem informações quanto ao alunado do Estado de Tocantins.

(1) valores monetários nacionais foram convertidos em dólares americanos (dólar médio 1990)

REGIAO NORTE
Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1991

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa c/ ensino pre-escolar ao medio				anual	mensal
REGIAO	515,9	525,0	509,8	1.600.097	60.018	26,6	318,6	26,5
Acre	39,2	48,0	48,0	75.810	3.406	22,2	633,1	52,7
Amazonas	148,5	107,0	103,0	341.186	14.396	23,7	301,8	25,1
Para	161,0	182,0	172,9	692.836	22.832	30,3	249,5	20,8
Amapa	24,7	35,0	35,0	75.595	2.902	26,0	463,0	38,6
Rondonia	59,0	79,0	79,0	185.761	7.859	23,6	425,2	35,4
Roraima	18,5	32,0	32,0	48.746	2.056	23,7	656,4	54,7
*Tocantins	65,0	42,0	39,9	180.163	6.567	27,4	221,4	18,4

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucão orçamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1991)

REGIAO NORTE
 Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
 de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
 1992

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa c/ ensino pre-escolar ao medio				anual	mensal
Acre	42,0	46,0	46,0	93.978	4.352	21,5	489,4	40,7
Amazonas	112,5	97,0	94,0	341.186	14.396	23,7	275,7	22,9
Para	141,0	172,0	159,0	762.163	25.909	29,4	208,6	17,4
Amapa	27,0	32,0	32,0	86.673	3.676	23,5	369,2	30,7
Rondonia	53,0	73,0	73,0	208.675	7.925	26,3	349,8	29,1
Roraima	18,5	29,0	29,0	58.072	2.437	23,8	499,3	41,6
Tocantins	64,0	51,0	49,5	206.975	8.015	25,8	239,0	20,0

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucao orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1992)

8.1- EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS X DESPESAS COM EDUCAÇÃO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS DAS CAPITALS.

. RECEITA ESTADUAL X DESPESA ESTADUAL

. Receita Estadual

As receitas vinculadas à educação em quase todos os estados desta região sofreram drástica redução no período (1990-1992), visto que apresenta em 1992 uma queda de (22%) na receita tributária e (29%) na cota parte do Fundo de Participação dos Estados. Estas fontes são as mais significativas no financiamento da educação conforme tabela em anexo.

Considerando o ano de 1992, as receitas e despesas serão apresentadas por ordem crescente, por estados e capitais, conforme a seguir especificado:

<u>RECEITA TRIBUTÁRIA</u>	<u>FUNDO DE PART. DOS ESTADOS</u>
1. Bahia	1. Bahia
2. Pernambuco	2. Ceará
3. Ceará	3. Maranhão
4. Maranhão	4. Pernambuco
5. Paraíba	5. Paraíba
6. Alagoas	6. Piauí
7. Rio Grande do Norte	7. Alagoas
8. Sergipe	8. Rio Grande do Norte
9. Piauí	9. Sergipe

. A maior receita tributária desta região pertence ao Estado da Bahia, seguida de Pernambuco e Ceará que juntos arrecadam 72% do montante global de recursos. Porém, só a Bahia responde por 36% do total, Pernambuco 21% e Ceará 15%.

Isto demonstra a liderança econômica da Bahia, visto que,³⁶ arrecada quase o dobro do segundo colocado e duas vezes e meia o que arrecada o terceiro colocado.

. O Estado do Maranhão, Paraíba e Alagoas, representam 6% da arrecadação.

. Rio Grande do Norte e Sergipe (4%).

. Piauí (3%)

A receita da União transferida através do Fundo de Participação dos Estados e Cota parte do salário educação atingem o montante de US\$ 2.351,0 milhões e representa 73,6% da receita tributária, o que é bastante significativo.

O Fundo de Participação dos Estados também decresceu neste período em 28,7%. Porém, Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco representam 58,8% do total transferido para a região. O restante dos recursos estão divididos de forma eqüitativa entre os estados.

DESPESA ESTADUAL

1. Bahia
2. Pernambuco
3. Maranhão
4. Paraíba
5. Ceará
6. Rio Grande do Norte
7. Piauí
8. Sergipe
9. Alagoas

A despesa estadual global com Educação na região caiu 18,8%, portanto, menos que a queda ocorrida na receita tributária. O estado que lidera em termos de gastos é a

Bahia, visto que é responsável por 35% dos gastos com³⁷ educação, Pernambuco 12,8%, Maranhão 11,4%, Paraíba 10,6%, Ceará 10,4%. Sergipe, Piauí e Rio Grande do Norte (5,5%) e Alagoas (4%).

. Se analisarmos do ponto de vista da receita tributária o Ceará que é o 3º lugar em arrecadação cai para o 5º lugar em termos de despesa. A Paraíba é a 5ª colocada em arrecadação, porém, vai para o 4º lugar em termos de despesa.

. RECEITA MUNICIPAL X DESPESA MUNICIPAL

RECEITA DAS CAPITAIS

RECEITA TRIBUTÁRIA	FUNDO DE PART. DOS MUNICÍPIOS
1- Salvador	1- Fortaleza
2- Recife	2- Salvador
3- Fortaleza	3- Recife
4- São Luiz	4- São Luiz
Maceió	5- João Pessoa
5- Natal	6- Maceió
6- Aracaju	7- Teresina
7- João Pessoa	8- Aracaju
8- Teresina	9- Natal

A receita tributária das capitais desta região equivale a 7,6% da arrecadação tributária dos Estados. Além disso, as três primeiras colocadas, Salvador - Recife - Fortaleza, respondem por 72% da arrecadação Municipal. São Luiz, Maceió, Aracaju e Natal estão na mesma categoria (5,3%) e João Pessoa e Teresina (3,3%). Isto é um indicador de que a grande maioria dos municípios do interior praticamente não tem arrecadação.

. O Fundo de Participação dos Municípios para as³⁸ capitais no valor de US\$ 204,0 milhões, representa apenas 9,4% do Fundo de Participação dos Estados. Porém, representa 84% da receita tributária das Capitais, o que demonstra a importância dos recursos federais no financiamento educacional. Porém, as quatro primeiras colocadas respondem por 66,7% do montante global. O resto é dividido de forma eqüitativa.

. Se considerarmos o montante de recursos federais repassados para as capitais no valor de US\$ 225,0 milhões, verifica-se que é praticamente igual a receita tributária.

DESPESA DAS CAPITAIS

1. Recife
2. Fortaleza
3. São Luiz
4. Salvador
5. João Pessoa
6. Teresina
7. Aracaju
8. Maceió
9. Natal

A despesa municipal com educação é US\$ 157,0 milhões e representa 12,5% dos dispêndios estaduais (US\$ 1.259,0 milhões) conforme demonstrado na tabela em anexo. Os quatro primeiros lugares, Recife-Fortaleza-São Luiz - MARANHÃO representam 73,2% do global das despesas, João Pessoa (7,6%), Teresina e Aracaju (6,4%), Maceió e Natal (3,8%). Isto demonstra que os Municípios do interior não dispõem de recursos próprios para aplicar na educação.

Através do gasto com educação nas capitais que representa somente 12,5% do montante estadual, podemos partir da premissa que aproximadamente 50% do alunado municipal está nos maiores centros urbanos desta região que são as capitais, e, que os Municípios do interior dispõem de poucos recursos, visto que, em sua grande maioria não tem receita própria. Portanto, o alunado do interior desta região em sua grande maioria deve ser atendido pela rede estadual e quando atendido pela rede municipal, os recursos devem ser os decorrentes das transferências constitucionais e voluntárias dos Estados e União.

REGIAO NORDESTE

RECEITA E DESPESA COM EDUCACAO
POR ESTADOS E MUNICIPIOS DAS CAPITALS

US\$ milhoes

ESTADOS/ CAPITAIS	Receita tributaria			Part. na receita da UNIAO			Cota parte do Fundo de Participacao			Despesa com Educacao e Cultura		
	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992
ESTADOS	4.090	3.459	3.196	3.356	2.461	2.348	2.968	2.136	2.116	1.550	1.105	1.259
Maranhao	240	195	197	457	331	325	409	297	291	172	113	141
Piaui	112	125	109	256	188	179	344	177	171	104	81	67
Ceara	631	524	475	418	334	318	413	301	296	187	152	131
Rio grande do Norte	216	157	134	251	186	177	237	172	169	103	78	70
Paraiba	241	192	169	302	213	205	271	197	193	150	87	134
Pernambuco	955	750	669	460	350	320	391	284	278	277	203	161
Alagoas	229	173	159	263	194	188	231	171	163	31	52	49
Sergipe	187	145	128	250	183	174	235	171	163	90	65	62
Bahia	1.249	1.198	1.156	669	485	462	532	386	379	383	272	441
CAPITAIS	279	272	244	279	212	211	263	198	201	179	184	157
Sao Luiz	25	14	14	25	25	24	24	24	24	15	17	17
Teresina	9	9	7	18	14	14	18	14	13	13	13	10
Fortaleza	43	50	43	62	47	47	61	46	46	28	41	38
Natal	16	20	13	17	11	11	15	10	10	17	12	5
Joao Pessoa	9	10	8	15	20	19	24	20	19	14	13	12
Recife	75	69	61	45	37	34	39	31	31	57	51	46
Maceio	18	17	14	18	12	16	17	11	15	-	-	6
Aracaju	12	12	12	25	14	11	24	11	11	12	12	9
Salvador	72	71	72	44	32	35	43	31	35	23	25	14
TOTAL	4.369	3.731	3.440	3.635	2.676	2.559	3.231	2.334	2.319	1.729	1.289	1.416

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990/91/92)

REGIAO NORDESTE

RECEITA E DESPESA COM EDUCACAO
POR ESTADOS E MUNICIPIOS DAS CAPITALS

CR\$ milhoes

ESTADOS/ CAPITALS	Receita tributaria			Part. na receita da UNIAO			Cota parte do Fundo de Participacao (2)			Despesa com Educacao e Cultura		
	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992
ESTADOS	278.322	1.415.602	14.549.091	228.438	1.008.573	10.689.276	202.005	882.547	9.628.924	105.461	452.196	5.730.373
Maranhao	16.301	79.824	894.825	31.088	135.545	1.400.277	27.819	121.439	1.325.009	11.691	46.034	657.877
Piaui	9.659	51.287	498.155	17.458	76.884	814.017	16.629	72.703	793.258	7.048	34.019	305.573
Ceara	42.973	214.372	2.162.313	30.517	136.682	1.445.763	28.277	123.436	1.346.799	12.727	62.107	598.848
Rio grande do Norte	14.726	64.083	609.688	17.065	76.346	803.378	16.102	70.289	766.916	7.002	32.051	318.203
Paraiba	16.389	78.650	770.065	20.571	87.412	933.915	18.456	80.628	879.075	10.183	35.499	607.739
Pernambuco	64.921	306.966	3.046.341	31.284	143.243	1.458.109	26.594	116.089	1.266.636	18.877	83.053	732.020
Alagoas	15.599	70.749	722.598	17.884	79.309	856.510	15.899	69.989	763.649	5.730	21.253	221.143
Sergipe	12.744	59.395	582.732	17.016	74.831	792.650	16.015	69.908	762.768	6.115	26.790	284.289
Bahia	35.010	490.276	5.262.374	45.555	198.321	2.104.657	36.214	158.066	1.724.814	26.088	111.390	2.004.881
CAPITAIS	18.990	111.219	1.112.730	18.975	86.802	961.394	13.023	80.964	927.884	12.240	75.537	717.605
Sao Luiz	1.738	5.896	63.552	1.690	10.197	109.981	1.656	9.990	108.814	1.036	6.952	78.381
Teresina	630	3.937	31.972	1.193	5.911	61.630	1.159	5.594	60.936	887	5.477	47.770
Fortaleza	2.931	20.470	197.429	4.232	19.508	215.357	4.134	18.723	209.757	1.858	16.666	172.466
Natal	1.058	8.125	60.205	1.125	4.464	48.683	1.028	4.100	43.873	1.168	5.140	21.984
Joao Pessoa	624	3.997	34.494	1.689	8.224	88.337	1.656	7.992	87.051	963	5.187	55.782
Recife	5.084	28.046	277.361	3.060	14.996	154.054	2.650	12.787	139.283	3.881	20.691	210.271
Maceio	1.191	6.796	65.459	1.239	4.758	71.359	1.159	4.482	69.640	29	144	27.891
Aracaju	813	4.982	56.639	1.729	5.609	52.096	1.656	4.509	49.747	826	4.867	39.284
Salvador	4.921	28.970	325.619	3.018	13.135	160.397	2.925	12.787	158.783	1.592	10.413	63.776
TOTAL	297.312	1.526.821	15.661.821	247.413	1.095.375	11.651.170	220.028	963.511	10.556.808	117.701	527.733	6.447.978

Fonte: STN/ Execucão Orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores a precos correntes

(2) Estados: FPE - Fundo de Participacao dos Estados

Capitais: FPM - Fundo de Participacao dos Municipios

8.2 RECURSOS ESTADUAIS, DESPESA GLOBAL, DESPESA GLOBAL PER CAPITA E RELAÇÃO DOCENTE/ ALUNOS⁴⁰

RECURSOS ESTADUAIS VINCULADOS À EDUCAÇÃO E DESPESA

GLOBAL COM EDUCAÇÃO

Recursos Estaduais vinculados à educação na região nordeste em 1990 foi de US\$ 1784,0 milhões e a despesa global US\$ 1.550,0 milhões, apresentando uma variação negativa de 13%. Em 1992 a receita caiu para US\$ 1.386,0 milhões e a despesa para US\$ 1.259,0 milhões, representando uma queda de 22,3% e 18,8%. Portanto, a despesa caiu menos que a receita.

A despesa estadual com os níveis de ensino pré escolar, fundamental e médio, em 1990 foi de US\$ 1.456,5 caindo para US\$ 1.156,7 milhões em 1992, portanto, 20,6% a menos. Entretanto, representa 92% do gasto global com educação elementar e secundária.

RELAÇÃO DOCENTE/ ALUNOS

Apesar da redução dos recursos o número de docentes contratados neste período foi de 7.175, representando um crescimento de 4% no quadro docente e o quadro discente decresceu 4,5%, visto que, em 1990 o número de alunos era de 4.550.362 passando para 4.314.037 em 1992. Isto reflete na relação docente/alunos, que diminuiu passando de 26,8 alunos por professor para 24,3 em 1992.

Com relação ao quadro docente, observa-se que em 1990, Bahia, Pernambuco e Ceará respondem por 57,2% dos docentes da região passando para 55,1% em 1992. Os três tiveram o quadro discente reduzido, porém, somente Pernambuco sofreu redução no quadro docente, mantendo a mesma relação 29,5 alunos por professor. Os estados da Bahia e Ceará sofreram redução nesta relação, pois, apesar de terem o quadro discente reduzido em 10% e 6,6%, apresentaram um crescimento no quadro docente de 3,4% e 5,7%, respectivamente.

. No Maranhão o quadro discente cresceu 12% e o ⁴¹ quadro docente 13%.

. No Piauí o quadro discente foi reduzido em 13,6% e o quadro docente 5%.

. No Rio Grande do Norte o quadro discente aumentou 12,6% e o docente 11,2%.

. Na Paraíba o quadro discente foi reduzido em 15% e o docente aumentou 22%.

. Em Alagoas o quadro discente foi reduzido em 11% e o docente em 15%.

. Em Sergipe o alunado permaneceu estável, porém, o quadro docente cresceu 11,7%.

Observa-se, que em quase todos os estados da região nordeste a relação docente / alunos elevou neste período.

REGIAO NORDESTE
Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1990

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constil. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa com Ensino (pre-escolar ao medio)				anual	mensal
REGIAO	1.784,0	1.550,0	1.456,5	4.550.362	169.709	26,8	320,0	26,7
Maranhao	173,0	172,0	166,0	358.354	14.056	25,5	463,2	38,6
Piaui	103,0	104,0	102,0	354.766	16.040	22,1	287,5	24,0
Ceara	272,0	187,0	168,3	534.358	17.922	29,8	315,0	26,2
Rio Grande do Norte	59,0	103,0	97,9	260.320	11.909	21,8	376,0	31,3
Paraiba	135,0	150,0	135,0	364.988	13.086	27,9	369,8	30,8
Pernambuco	348,0	277,0	249,3	897.941	30.387	29,5	277,6	23,1
Alagoas	122,0	84,0	84,0	211.735	9.554	22,1	396,7	33,0
Sergipe	111,0	90,0	90,0	202.617	7.908	25,6	444,1	37,0
Bahia	461,0	383,0	364,0	1.365.283	48.847	28,0	266,6	22,2

Fonte: MEC/ SAG/ DPS

STN/ Execucao orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

REGIAO NORDESTE
 Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
 de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
 1991

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa com Ensino (pre-escolar ao medio)				anual	mensal
REGIAO	1.464,5	1.105,0	1.021,1	4.161.526,0	180.251,0	23,1	245,3	20,4
Maranhao	131,2	113,0	107,3	390.140	20.558	19,0	275,0	23,0
Piaui	80,2	83,0	80,0	298.940	16.197	18,4	267,6	22,3
Ceara	214,5	152,0	136,8	464.786	17.944	25,9	294,3	24,5
Rio Grande do Norte	86,7	78,0	71,0	302.989	13.071	23,1	234,3	19,5
Paraiba	102,5	87,0	77,0	277.628	15.599	17,8	277,3	23,1
Pernambuco	267,2	203,0	178,0	832.190	29.778	27,9	214,0	17,8
Alagoas	90,7	52,0	50,0	177.006	7.765	22,8	282,4	23,5
Sergipe	83,5	65,0	65,0	189.679	8.756	21,6	342,7	28,5
Bahia	408,0	272,0	256,0	1.228.168	50.583	24,3	208,4	17,4

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucao orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1991)

REGIAO NORDESTE
Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1992

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa com Ensino (pre-escolar ao medio)				anual	mensal
REGIAO	1.386,0	1.259,0	1.156,7	4.314.037	176.884	24,3	268,1	22,3
Maranhao	130,0	144,0	138,0	421.300	18.133	23,2	327,6	27,3
Piaui	75,0	67,0	64,0	306.292	15.244	20,0	209,0	17,4
Ceara	200,5	131,0	104,9	499.162	19.013	26,2	210,2	17,5
Rio Grande do Norte	80,0	70,0	64,0	329.247	13.246	24,8	194,4	16,2
Paraiba	95,6	134,0	118,0	309.909	15.883	19,5	380,7	31,7
Pernambuco	245,0	161,0	136,8	830.122	27.891	29,7	164,8	13,7
Alagoas	86,3	49,0	47,0	188.329	8.164	23,0	249,6	20,8
Sergipe	78,3	62,0	62,0	201.508	8.727	23,0	307,6	25,6
Bahia	395,3	441,0	422,0	1.228.168	50.583	24,2	343,6	28,6

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucão orçamentaria dos Estados e Municipios das capitais

valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1992)

9.1 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS X DESPESAS COM EDUCAÇÃO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS DAS CAPITALS1- RECEITA ESTADUAL X DESPESA ESTADUALReceita Estadual

As receitas vinculada à educação em todos os estados desta região sofreram drástica redução no período (1990-92), visto que apresenta em 1992 queda de 29% na receita tributária e no Fundo de Participação dos Estados, conforme tabela em anexo.

Considerando o ano de 1992, as receitas e despesas serão apresentadas por ordem crescente , por Estados e Capitais, conforme a seguir especificado:

<u>RECEITA TRIBUTÁRIA</u>	<u>FUNDO DE PART. DOS ESTADOS</u>
1. São Paulo	1. Minas Gerais
2. Rio de Janeiro	2. Rio de Janeiro
3. Minas Gerais	3. Espírito Santo
4. Espírito Santo	4. São Paulo

A região Sudeste é a mais desenvolvida do país e conseqüentemente é responsável pela maior arrecadação tributária.

A maior receita tributária desta região pertence a São Paulo, visto que representa 63% do montante global arrecadado. A seguir vem o Rio de Janeiro com 17,5%, Minas Gerais 16,3% e Espírito Santo 3,2%. Esta arrecadação demonstra a força econômica do estado de São Paulo.

A receita da União transferida através do Fundo de Participação dos Estados representa somente 2,1% da receita tributária da região. Se considerarmos a cota parte do salário - educação os recursos federais atingem o montante global de US\$ 460,0 milhões, representando 2,9% da referida

receita. Assim sendo, verifica-se, que ao contrário das⁴³ regiões Norte e Nordeste a região Sudeste mantém o seu sistema educacional com recursos próprios.

Com relação ao Fundo de Participação dos Estados, Minas Gerais é o primeiro colocado em termos destes recursos, porém, os mesmos representam somente 7% de sua receita tributária que é a terceira colocada na região.

Cabe ressaltar que o estado do Espírito Santo é o menos desenvolvido, porém o montante de recursos federais transferidos para o mesmo representam somente 14% da receita tributária arrecadada.

DESPESA ESTADUAL

1. São Paulo
2. Minas Gerais
3. Rio de Janeiro
4. Espírito Santo

A despesa estadual com educação na região, decresceu 30,7%, este percentual é mais elevado que o referente à queda da receita tributária (29%). O Estado que mais gasta em educação é São Paulo, visto que é responsável por 67,5% do montante gasto, Minas Gerais 16,0%, Rio de Janeiro 13,3% e Espírito Santo 3,2%.

Observa-se, que o estado do Rio de Janeiro é o segundo colocado em termos de receita, porém, cai para o 3º lugar em relação as despesas .

Receita das capitais

RECEITA TRIBUTARIA	FUNDO DE PART. DOS MUNICÍPIOS
1. São Paulo	1. Belo Horizonte
2. Rio de Janeiro	2. Rio de Janeiro
3. Belo Horizonte	3. São Paulo
4. Vitória	4. Vitória

A receita tributária das capitais desta região corresponde a 10,4% da receita tributária estadual. A maior receita tributária pertence a São Paulo 54,6%, Rio de Janeiro 35,4%, Belo Horizonte 8,3% e Vitória 1,7%. Observa-se que a cidade de São Paulo tem uma arrecadação 19,2% maior que a cidade do Rio de Janeiro que está em segundo lugar e, seis vezes e meia a arrecadação de Belo Horizonte. Portanto, em termos de arrecadação municipal também lidera na região.

O Fundo de Participação dos Municípios para as capitais no valor de US\$ 52,0 milhões, representa 15,2% do Fundo de Participação dos Estados e 3,1% da receita tributária das capitais. Isto demonstra a importância da receita própria no financiamento da educação.

As capitais da região sudeste mantém seus sistemas educacionais com recursos próprios, visto que os recursos federais representam somente 3,8% de sua receita tributária.

DESPESA DAS CAPITALS

1. São Paulo
2. Rio de Janeiro
3. Belo Horizonte
4. Vitória

Os dispêndios globais das capitais com educação em 1992 são da ordem de US\$ 899,0 milhões, tendo decrescido 18%

neste período. Este montante representa 21% do que foi gasto⁴⁵ pelos Estados. Do valor global gasto a cidade de São Paulo é responsável por 54,3%, logo a seguir aparece o Rio de Janeiro com 34%, Belo Horizonte 8,6% e Vitória 3,1%. Estes percentuais demonstram que entre as capitais São Paulo lidera com US\$ 488,0 milhões, seguido da cidade do Rio de Janeiro com US\$ 306,0 milhões e depois Belo Horizonte com US\$ 77,0 milhões, sendo quatro vezes menor que o segundo lugar, e por fim Vitória com US\$ 28,0 milhões. O gasto de Belo Horizonte e Vitória são bem pequenos em relação aos dois primeiros colocados.

. As capitais da região Sudeste mantém seus sistemas educacionais com recursos próprios, visto que, os recursos federais são pouco significativos em sua receita global.

. Os Municípios do interior desta região são os mais ricos do Brasil e tem uma importância significativa quanto aos gastos com educação. Os gastos das capitais representam 21% do gasto estadual. Isto já demonstra uma situação inversa a das regiões Norte e Nordeste. Nesta região 65% do alunado encontra-se nas cidades do interior e grande parte dos Municípios tem receita tributária, porém, no norte do Minas e no estado do Espírito Santo existem uma grande quantidade de Municípios que não dispõem de recursos próprios. No caso específico do Espírito Santo, os municípios em sua grande maioria são pequenos e ao contrário de Minas Gerais o alunado em sua grande maioria está na zona litorânea, ou seja, nos maiores centros urbanos.

REGIAO SUDESTE

RECEITA E DESPESA COM EDUCACAO
POR ESTADOS E MUNICIPIOS DAS CAPITAIS

US\$ milhoes

ESTADOS/CAPITAIS	Receita tributaria			Part. na receita da UNIAO			Cota parte do Fundo de Participacao			Desp. com Educacao e Cultura		
	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992
<u>ESTADOS</u>	<u>22.267</u>	<u>17.347</u>	<u>15.816</u>	<u>2.172</u>	<u>1.605</u>	<u>1.177</u>	<u>480</u>	<u>349</u>	<u>342</u>	<u>6.203</u>	<u>4.372</u>	<u>4.299</u>
Minas Gerais	3.348	2.765	2.582	714	529	432	252	184	180	1.081	721	687
Espirito Santo	684	579	509	183	137	113	35	62	60	187	150	137
Rio de Janeiro	3.550	2.942	2.761	433	332	238	36	63	62	790	569	573
Sao Paulo	14.685	11.061	9.964	842	607	394	57	40	40	4.145	2.932	2.902
<u>CAPITAIS</u>	<u>1.783</u>	<u>2.003</u>	<u>1.645</u>	<u>160</u>	<u>162</u>	<u>115</u>	<u>67</u>	<u>52</u>	<u>52</u>	<u>1.098</u>	<u>1.005</u>	<u>899</u>
Belo Horizonte	134	140	136	38	33	26	29	23	23	92	84	77
Vitoria	34	25	27	8	6	5	6	4	4	34	34	28
Rio de Janeiro	632	746	583	41	14	38	17	14	13	415	346	306
Sao Paulo	983	1.092	899	73	109	46	15	11	12	557	541	488
<u>TOTAL</u>	<u>24.050</u>	<u>19.350</u>	<u>17.461</u>	<u>2.332</u>	<u>1.767</u>	<u>1.292</u>	<u>547</u>	<u>401</u>	<u>394</u>	<u>7.301</u>	<u>5.377</u>	<u>5.198</u>

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990/91/92)

REGIAO SUDESTE

RECEITA E DESPESA COM EDUCACAO
POR ESTADOS E MUNICIPIOS DAS CAPITALIS

CRS milhoes

ESTADOS/ CAPITALIS	Receita tributaria			Part. na receita da UNIAO			Cota parte do Fundo de Participacao (2)			Desp. com Educacao e Cultura		
	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992
ESTADOS	<u>1.515.424</u>	<u>7.099.233</u>	<u>71.983.769</u>	<u>147.816</u>	<u>656.616</u>	<u>5.355.402</u>	<u>32.683</u>	<u>142.650</u>	<u>1.556.894</u>	<u>422.119</u>	<u>1.789.323</u>	<u>19.565.987</u>
Minas Gerais	227.344	1.131.703	11.751.059	-18.581	216.668	1.967.021	17.168	75.098	817.690	73.559	295.086	3.126.119
Espirito Santo	-16.568	236.711	2.315.380	12.498	55.958	512.081	5.781	25.326	275.255	12.711	61.394	621.614
Rio de Janeiro	241.633	1.204.115	12.569.017	29.443	135.710	1.084.333	5.880	25.702	280.384	53.727	232.766	2.608.162
Sao Paulo	999.379	4.526.704	45.348.313	57.324	248.280	1.791.767	3.854	16.524	183.565	282.092	1.200.077	13.210.092
CAPITALIS	<u>121.371</u>	<u>819.968</u>	<u>7.486.131</u>	<u>10.881</u>	<u>66.261</u>	<u>534.583</u>	<u>-4.536</u>	<u>21.275</u>	<u>235.280</u>	<u>74.730</u>	<u>411.196</u>	<u>4.090.258</u>
Belo Horizonte	9.096	57.409	619.366	2.612	13.556	119.278	1.987	9.590	104.462	6.280	34.593	349.856
Vitoria	2.315	10.300	120.470	548	2.652	23.862	397	1.598	17.410	2.319	15.804	128.084
Rio de Janeiro	43.024	305.447	2.652.769	2.784	5.594	170.599	1.159	5.594	60.935	28.254	141.491	1.391.934
Sao Paulo	66.936	446.812	4.093.529	4.937	44.459	210.814	993	4.493	52.473	37.877	221.308	2.220.384
TOTAL	<u>1.636.795</u>	<u>7.919.201</u>	<u>79.469.903</u>	<u>158.727</u>	<u>722.877</u>	<u>5.879.985</u>	<u>27.147</u>	<u>163.925</u>	<u>1.792.174</u>	<u>496.849</u>	<u>2.200.519</u>	<u>23.656.245</u>

Fonte : STN/ Execuciao Orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores a precos correntes

(2) Estados: FPE - Fundo de Participacao dos Estados

Capitais: FPM - Fundo de Participacao dos Municipios

CAPITA E RELAÇÃO DOCENTE/ALUNOS

RECURSOS ESTADUAIS VINCULADOS À EDUCAÇÃO X DESPESA GLOBAL C/ EDUCAÇÃO

. Os recursos estaduais vinculados a educação em 1990 foram da ordem de US\$ 5.742,0 milhões passando para US\$ 4.069,0 milhões em 1992, isto representa uma variação negativa de 29% neste período, e que os recursos destinados à educação dependem do desempenho da economia, visto que a queda na receita tributária da região é a mesma (29%). Porém, o maior impacto ocorreu em 1991 com uma redução de 22% e 8% em 1992.

A despesa global caiu neste período 30,7%, visto que de US\$ 6.203,0 milhões passou para US\$ 4.299,0 milhões. Do montante gasto em 1992, São Paulo representa 67,5%, Minas Gerais 16% , Rio de Janeiro 13,3% e Espírito Santo 3,2%. Porém, o maior impacto ocorre também em 1991 com uma redução de 27,5% e 1,2% em 1992. Porém, em 1991 o alunado cresceu 18,5% e 4,5% em 1992.

. A despesa com o alunado estadual nos níveis de ensino pré escolar , fundamental e médio foi de US\$ 5.716,0 milhões e US\$ 3.848,4 milhões , apresentando uma variação negativa de 32,7%. O estado que sofreu a maior variação negativa foi Minas Gerais, com 37,6%, São Paulo decresceu 32,3%, Rio de Janeiro 28,3% e Espírito Santo 27,1%. O maior impacto ocorreu em 1991.

DESPESA ESTADUAL GLOBAL PER CAPITA ANUAL E MENSAL

A despesa global per capita anual e mensal em 1990 era da ordem de US\$ 694,2 e US\$ 57,8, respectivamente, caindo para US\$ 379,6 e US\$ 31,6, apresentando uma redução de 45% real. Esta variação negativa é decorrente do aumento do alunado em 23% e redução dos recursos em 29%. Portanto, a relação é inversamente proporcional, visto que, enquanto o sistema educacional cresce, o que é natural, os recursos são reduzidos.

A relação docente/alunos em 1990 è de 19,3 alunos por professor, passando para 22,2 o que demonstra que a mesma elevou, porém está em um bom nível para os padrões brasileiros.

. No período 1990-92 o quadro docente cresceu 7% e o alunado 23%.

. O alunado e o quadro docente cresceram ou reduziram da seguinte forma:

<u>Estados</u>	<u>Alunado</u>	<u>Docentes</u>
	%	%
São Paulo	30,0	18,5
Minas Gerais	22,0	(4,0)
Espirito Santo	24,0	17,6
Rio de Janeiro	(8,8)	(14,7)

Observa-se que a eficiência do sistema em termos da relação Docente/alunos é boa.

REGIAO SUDESTE

Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1990

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa com Ensino (pre-escolar ao medio)				anual	mensal
Minas Gerais	918,0	1.081,0	1.064,0	2.360.219	133.624	17,6	451,0	37,6
Espirito Santo	198,0	187,0	187,0	430.825	18.324	23,5	434,0	36,1
Rio de Janeiro	920,0	790,0	720,0	870.523	56.256	15,5	827,0	69,0
Sao Paulo	3.706,0	4.145,0	3.745,0	4.572.257	218.134	21,0	819,0	68,2

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucao orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990)

REGIAO SUDESTE

Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)

1991

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa c/ Ensino pre-escolar ao medio				anual	mensal
REGIAO	4.465,0	4.372,0	3.866,7	9.739.321	440.862	22,0	397,0	33,0
Minas Gerais	751,0	721,0	682,0	2.768.507	125.845	22,0	246,3	20,5
Espirito Santo	164,0	150,0	149,7	482.224	19.663	24,5	310,4	25,8
Rio de Janeiro	760,0	569,0	493,0	794.248	47.965	16,5	620,7	51,7
Sao Paulo	2.790,0	2.932,0	2.542,0	5.694.342	247.389	23,0	446,4	37,2

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucao orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1991)

REGIAO SUDESTE

Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1992

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa c/ Ensino pre-escolar ao medio				anual	mensal
REGIAO	4.069,0	4.299,0	3.848,4	10.137.435	456.079	22,2	379,6	31,6
Minas Gerais	701,0	687,0	664,0	2.871.731	128.070	22,4	231,2	19,3
Espirito Santo	145,0	137,0	136,4	532.563	21.547	24,7	256,1	21,3
Rio de Janeiro	712,0	573,0	516,0	794.248	47.965	16,5	649,7	54,1
Sao Paulo	2.511,0	2.902,0	2.532,0	5.938.893	258.497	22,9	426,3	35,5

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucão orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1992)

10.1 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS X DESPESAS COM EDUCAÇÃO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS.

Receita Estadual x Despesa Estadual

Receita Estadual

As receitas vinculadas à educação em todos os estados desta região sofreram drástica redução no período (1990-1992). A receita tributária caiu (34,6%) e o Fundo de Participação dos Estados (28,7%), e, estas são as principais fontes do sistema educacional, conforme tabelas em anexo.

Considerando o ano de 1992, as receitas e despesas estaduais serão apresentadas por ordem crescente por Estados e Capitais, conforme a seguir especificado:

<u>RECEITA TRIBUTÁRIA</u>	<u>FUNDO DE PART. DOS ESTADOS</u>
1. Rio Grande do Sul	1. Paraná
2. Paraná	2. Rio Grande do Sul
3. Santa Catarina	3. Santa Catarina

. A maior receita tributária da região pertence ao estado do Rio Grande do Sul, que arrecada US\$ 2.057,0 milhões, representando 51,6% do montante global, em segundo lugar está o Paraná com US\$ 1.077,0 milhões, representando 27% e Santa Catarina 21,4% com US\$ 855,0 milhões. Isto demonstra a liderança do Rio Grande do Sul na região, visto que arrecada quase o dobro do segundo colocado.

. O Fundo de Participação dos Estados, além de ter sofrido uma redução de (29%), neste período, representa somente 6,6% da receita tributária estadual. O estado do Paraná consome 44% desta receita, Rio Grande do Sul 36% e Santa Catarina 20%.

. O montante de recursos federais transferidos para a região é de US\$ 333,0 milhões e representa 8,3% da

receita tributária. Isto demonstra que a região mantém seu sistema educacional com recursos próprios.⁵⁰

DESPESA ESTADUAL

1. Rio Grande do Sul
2. Paraná
3. Santa Catarina

A despesa estadual com educação nesta região foi reduzida em 29,5%, neste período, porém, o maior impacto ocorreu em 1991, com uma redução de 32,0%. Em 1992 a despesa cresceu 4%, indicando uma estabilidade em relação ao exercício anterior. O Estado que destaca em relação a despesa é o Rio Grande do Sul que responde por 47,4% do montante global, Paraná 34,4% e Santa Catarina 18,2%.

Do ponto de vista do financiamento esta região mantém o padrão educacional em relação aos dispêndios, pois, os Estados que mais aplicam em educação são os que mais arrecadam.

RECEITA MUNICIPAL X DESPESA MUNICIPAL

RECEITA DAS CAPITAIS

RECEITA TRIBUTÁRIA

FUNDO DE PART. DOS MUNICÍPIOS

- | | |
|------------------|------------------|
| 1. Porto Alegre | 1. Curitiba |
| 2. Curitiba | 2. Porto Alegre |
| 3. Florianópolis | 3. Florianópolis |

A receita tributária destas capitais equivale à 4,5% da receita tributária estadual. Existe uma certa homogeneidade entre a primeira e segunda capital em termos de arrecadação, pois, estão na faixa de 42% cada. Florianópolis que é a terceira colocada está bem atrás com 16%. A arrecadação das capitais é um indicador que a maioria dos municípios do interior quase não tem receita própria.

. O Fundo de Participação dos Municípios para as⁵¹ capitais no valor de US\$ 31,0 milhões, representa apenas 11,8% do Fundo de Participação dos Estados e 17,3% da receita tributária municipal. Com relação a estes recursos os dois primeiros estados consomem aproximadamente 39,0% cada do montante global e a terceira colocada 22,0%. Portanto, Florianópolis tem uma receita bem menor que os demais.

. A receita federal transferida para as capitais é de US\$ 35 milhões e representa 19,5% da receita tributária municipal. Isto demonstra que as capitais desta região praticamente mantém seu sistema educacional.

DESPESA DAS CAPITAIS

1. Curitiba
2. Porto Alegre
3. Florianópolis

A despesa global com educação destas capitais é de US\$ 114,0 milhões e representa 10% dos dispêndios estaduais que são US\$ 1.220,0 milhões. A despesa global está dividida da seguinte forma: Curitiba 53,6%, Porto Alegre 39% e Florianópolis 7%. Observa-se, que Curitiba lidera em termos de dispêndios nesta região, porém, o Estado do Paraná está em segundo lugar.

. As capitais desta região mantiveram os gastos com educação em 1990 e 1991, apresentando um crescimento de 11% em 1992. Portanto, as capitais desta região são um exemplo modelar para o Brasil, visto que em 1991 todos os Estados e Capitais sofreram redução em média de 25% nas despesas com educação.

MUNICÍPIOS DO INTERIOR

. Os municípios do interior desta região estão em segundo lugar em termos de riqueza no Brasil, visto que, em 1992 as três capitais Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis tem uma despesa educacional da ordem de US\$ 123,0 milhões em

1992, que equivale a uma média global de gasto por Unidade⁵² da Federação de US\$ 41,0 milhões enquanto as nove capitais do Nordeste gastaram US\$ 157,0 milhões, que equivale a uma média de US\$ 17,4 milhões. Os gastos das capitais nesta região representam 10% dos dispêndios estaduais. A situação destas capitais em relação as outras do Brasil é modelar, porém, a região é bem menor que as outras e os municípios em sua grande maioria são pequenos e tem pouca arrecadação e grande parte do alunado está nos centros urbanos.

REGIAO SUL

RECEITA E DESPESA COM EDUCACAO
POR ESTADOS E MUNICIPIOS DAS CAPITAIS

US\$ milhoes

ESTADOS/ CAPITAIS	Receita tributaria			Part. na receita da UNIAO			Cota parte do Fundo de Participacao (2)			Desp. com Educacao e Cultura		
	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992
ESTADOS	6.103	4.553	3.989	1.042	746	699	369	261	263	1.731	1.174	1.220
Parana	2.007	1.528	1.077	291	228	218	163	119	116	544	446	420
Santa Catarina	1.303	917	855	240	158	136	73	53	52	366	226	222
Rio Grande do Sul	2.793	2.108	2.057	511	360	345	133	89	95	821	502	578
CAPITAIS	210	210	179	59	38	44	41	34	31	111	111	123
Curitiba	90	98	72	23	20	18	18	14	13	62	57	66
Florianopolis	33	29	26	9	7	7	9	7	7	11	9	9
Porto Alegre	87	83	81	27	11	19	14	13	11	38	45	48
TOTAL	6.313	4.763	4.168	1.100	784	743	410	295	294	1.841	1.285	1.343

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990/91/92)

REGIAO SUL

RECEITA E DESPESA COM EDUCACAO
POR ESTADOS E MUNICIPIOS DAS CAPITALIS

CR\$ milhoes

ESTADOS/CAPITAIS	Receita Iributaria			Part. na receita da UNIAO			Cota parte do Fundo de Participacao (2)			Desp. com Educacao e Cultura		
	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992
ESTADOS	415.353	1.863.298	18.155.502	70.897	305.343	3.181.464	25.112	106.653	1.196.440	117.784	480.464	5.551.610
Parana	136.588	625.363	4.904.134	19.778	93.206	991.100	11.112	48.507	529.255	37.008	182.670	1.913.923
Santa Catarina	88.693	375.046	3.890.827	16.312	84.822	619.219	4.932	21.529	234.926	24.938	92.562	1.009.248
Rio Grande do Sul	190.072	862.889	9.360.541	34.807	147.315	1.571.145	9.068	36.617	432.259	55.840	205.232	2.628.439
CAPITAIS	14.285	85.771	816.634	3.987	15.751	200.046	2.830	14.207	141.053	7.536	45.436	520.405
Curitiba	6.100	40.211	326.015	1.532	8.075	83.928	1.241	5.677	60.935	4.204	23.283	303.107
Florianopolis	2.245	11.761	120.737	625	3.134	31.691	596	2.877	31.369	724	3.899	-
Porto Alegre	5.940	33.799	369.882	1.830	4.542	84.427	993	5.653	48.749	2.608	18.254	217.298
TOTAL	429.638	1.949.069	18.972.136	74.884	321.094	3.381.510	27.942	120.860	1.337.493	125.320	525.900	6.072.015

Fonte: STN/ Execucão Orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores a precos correntes

(2) Estados: FPE- Fundo de Participacao dos Estados

Capitais: FPM - Fundo de Participacao dos Municipios

DOCENTE/ ALUNOS

Recursos Estaduais vinculados à educação x despesa global com educação

. Os recursos vinculados à educação em 1990 foram da ordem de US\$ 1.643,2 milhões caindo para US\$ 1.080,0 milhões em 1992, representando uma variação negativa de 34,3%. Em 1991 ocorreu o maior impacto na receita, visto que decresceu 25,7% e 11,6% em 1992. Isto demonstra que os recursos destinados ao setor educacional são instáveis pois, dependem do desempenho da economia.

. A despesa global caiu 32,2% em 1991, visto que de US\$ 1.731,0 milhões passou par US\$ 1.174,0 milhões, porém, apresentou um crescimento de 4,2% em 1992 apesar do recursos terem sido reduzidos em 11,6%. O alunado cresceu no período 11,7%. Isto demonstra que os Estados desta região consideram a educação uma prioridade de fato.

. A despesa com o alunado estadual nos níveis de ensino pré escolar - fundamental e médio foi de US\$ 1.607,2 milhões em 1990, caindo para US\$ 1.070,0 milhões em 1991, apresentando uma variação negativa de 33,4%. O Estado que sofreu a maior variação negativa foi o de Santa Catarina com (40,0%), seguido do Rio Grande do Sul com (39,0%) e Paraná (18,0%). Em 1992, a região volta a crescer 4% em relação à 1991, porém o responsável por este crescimento é só o Rio Grande do Sul que elevou suas despesas em 15%, os demais mantiveram-se estáveis.

DESPESA GLOBAL PER CAPITA ANUAL E MENSAL

A despesa global per capita anual e mensal da região em 1990 era da ordem de US\$ 603,7 e US\$ 50,3 caiu para US\$ 363,7 e US\$ 30,3 em 1991, isto representa uma queda de (39,8%). Em 1992, cresce 3% elevando a despesa para US\$ 375,0 e US\$ 31,3, respectivamente. Entretanto, o alunado cresceu 11,7% no período 1990-92.

A relação docente/alunos da região Sul no período 1990-92 é 16,7 , 18,2 e 18,8, é a mais baixa do Brasil.

. O quadro docente cresceu 1,4% e o alunado 10,5% em 1991.

. Em 1992 o quadro docente reduziu (2,2%) e o alunado cresceu 1%.

O alunado e o quadro docente cresceram ou reduziram no período 1990-92 da seguinte forma:

<u>ESTADOS</u>	<u>ALUNADO</u>	<u>DOCENTES</u>
	(%)	(%)
Paraná	4,1	1,2
Santa Catarina	16,5	9,0
Porto Alegre	18,0	(6,4)

A menor relação docente/alunos da região é do Rio Grande do Sul com 12,4 alunos por professor em 1990 e 16,2 alunos por professor em 1992, tendo elevado em 24%, visto que o quadro docente reduziu 6,4% neste período.

A maior relação pertence ao Paraná com 21,1 alunos por professor em 1990 e 21,8 alunos em 1992.

Cabe ressaltar que esta relação é baixa para a média das outras regiões, porém, do ponto de vista internacional está ótima.

REGIAO SU1

Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1990

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa com Ensino (pre-escolar ao medio)				anual	mensal
REGIAO	1.643,2	1.731,0	1.607,2	2.662.060	159.278	16,7	603,7	50,3
Parana	549,0	544,0	435,2	1.144.044	53.972	21,1	380,4	31,7
Santa Catarina	350,0	366,0	351,0	603.743	31.545	19,1	581,3	48,4
Rio Grande do Sul	744,2	821,0	821,0	914.273	73.761	12,4	898,0	75,0

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucao orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990)

REGIAO SUI

Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1991

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa c/ Ensino pre-escolar ao medio				anual	mensal
REGIAO	1.221,9	1.174,0	1.070,0	2.941.551	161.654	18,2	363,7	30,3
Parana	417,5	446,0	357,0	1.208.631	56.596	21,3	295,3	24,6
Santa Catarina	246,2	226,0	211,0	703.364	34.365	20,4	300,0	25,0
Rio Grande do Sul	558,2	502,0	502,0	1.029.556	70.693	14,5	487,6	40,6

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucao orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1991)

REGIAO SUI

Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1992

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa c/ Ensino pre-escolar ao medio				anual	mensal
Parana	303,5	420,0	325,0	1.191.248	54.639	21,8	272,8	22,7
Santa Catarina	230,0	222,0	212,0	703.364	34.365	20,4	301,4	25,1
Rio Grande do Sul	546,5	578,0	578,0	1.078.634	69.047	16,2	535,8	44,6

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucao orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1992)

11.1 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS X DESPESAS COM EDUCAÇÃO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS DAS CAPITALS

. RECEITA ESTADUAL X DESPESA ESTADUAL

. Receita Estadual

A receita tributária desta região sofreu uma redução de 19,8% em 1991 e 9,4% em 1992 e o Fundo de Participação dos Estados - FPE, cresceu 4% em 1991, decrescendo 30,3% em 1992, conforme tabela em anexo.

Considerando o ano de 1992, as receitas e despesas serão apresentadas por ordem crescente, por estados e capitais, conforme a seguir especificado:

RECEITA TRIBUTÁRIA FUNDO DE PART. DOS ESTADOS(FPE)

1. Goiás	1. Mato Grosso
2. Mato Grosso do Sul	2. Goiás
3. Distrito Federal	3. Mato Grosso do Sul
4. Mato Grosso	4. Distrito Federal

. A maior receita tributária pertence a Goiás com US\$ 668,0 milhões e representa 37,3% do total arrecadado. A seguir vem Mato Grosso do Sul com US\$ 415,0 milhões representando 23,1%, Distrito Federal 20,5% e Mato Grosso 19,1% com US\$ 368,0 milhões e US\$ 342,0 milhões, respectivamente. A arrecadação demonstra que a liderança desta região pertence ao Estado de Goiás.

. A receita da União transferida através do Fundo de Participação dos Estados representa 13% da receita tributária da região. Se adicionarmos a cota parte do salário educação o montante global de recursos federais são da ordem de US\$ 262,0 milhões, e representa 14,6% da referida receita. Assim sendo, constata-se que esta região tem receita própria.

. O Estado de Mato Grosso é o que menos arrecada,⁵⁶ porém, os recursos federais representam 27% da receita tributária arrecadada.

DESPESA ESTADUAL

1. Distrito Federal
2. Goiás
3. Mato Grosso do Sul
4. Mato Grosso

A despesa estadual global com educação também caiu 31,7% em 1991 e 26,6% em 1992, sendo que no período decresceu 50%, enquanto a receita tributária reduziu 27%. Observa-se que a queda na despesa é bem superior a ocorrida na receita, isto é decorrente da situação atípica do Distrito Federal, visto que, recebe recursos da União para manter seu sistema educacional. Dentro deste cenário a redução da despesa estadual vista isoladamente, ficou da seguinte forma : Distrito Federal sofreu uma redução de 57%, Goiás 41%, Mato Grosso 57% e Mato Grosso do Sul 29%.

. Observa-se, que o Distrito Federal é o terceiro colocado em arrecadação tributária, porém, lidera em relação aos dispêndios educacionais . Isto demonstra que sua despesa não está vinculada a receita tributária e nem do FPE, mas das Transferências da União sob supervisão do Ministério da Fazenda, conforme abaixo especificado:

<u>Exercício</u>	<u>Transf./ UNIÃO/GDF</u>		<u>DESP. C/ EDUCAÇÃO</u>	
	VALOR	%	VALOR	%
1990	633,0	100,0	650,0	100,0
1991	302,0	(52,0)	398,0	(39,0)
1992	242,0	(62,0)	280,0	(57,0)

Observa-se que os recursos transferidos pela União para o Distrito Federal em 1992 sofreu uma redução de 62% em relação a 1990 e a despesa decresceu 57%, isto demonstra que o Governo do Distrito Federal aplicou recursos próprios na educação, porém, seu Sistema Educacional depende dos recursos federais repassados pelo Ministério da Fazenda para sobreviver.

RECEITA MUNICIPAL X DESPESA MUNICIPAL

RECEITA DAS CAPITAIS

RECEITA TRIBUTÁRIA

FUNDO DE PART. DOS MUNICÍPIOS

1. Goiânia

1. Goiânia

2. Campo Grande

2. Cuiabá

3. Cuiabá

3. Campo Grande

A receita tributária destas capitais no valor de US\$ 72,0 milhões em 1990 sofreu uma redução de 21% passando para US\$ 60,0 milhões em 1992 e representa somente 3,3% da receita tributária estadual que é de US\$ 1.793,0 milhões. A maior receita tributária pertence a Goiânia que representa 51,7% do total arrecadado, Campo Grande 31,6% e Cuiabá 16,7%. A cidade de Goiânia arrecada US\$ 31,0 milhões quase o dobro da segunda colocada que é Campo Grande com US\$ 19,0 milhões e três vezes a arrecadação de Cuiabá que é a terceira colocada.

. A cota do Fundo de Participação das Capitais no⁵⁸ valor de US\$ 30,0 milhões, representa 13,0% do Fundo de Participação dos Estados e 50% da receita tributária municipal o que demonstra a importância dos recursos federais para estas capitais.

. As capitais desta região necessitam de recursos federais para manter seu sistema educacional, visto que, os mesmos representam 50% da receita tributária arrecadada.

DESPESA DAS CAPITALS

1. Goiânia
2. Campo Grande
3. Cuiabá

Os dispêndios globais com educação nestas capitais são da ordem de US\$ 49,0 milhões e obedecem a mesma ordem de arrecadação, tendo decrescido 11% no período. Este valor global representa 7,5% dos dispêndios estaduais, sendo que a cidade de Goiânia é responsável por 40,0% dos gastos, logo a seguir aparece Campo Grande com 36,0% e Cuiabá 24,0%, não existindo variações muito grandes em termos de despesa.

REGIAO CENTRO-OESTE

RECEITA E DESPESA COM EDUCACAO
POR ESTADOS E MUNICIPIOS DAS CAPITAIS

US\$ milhoes

ESTADOS/CAPITAIS	Receita Inbutaria			Part. na receita da UNIAO			Cota parte do Fundo de Participacao			Despesa com Educacao e cultura		
	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992
ESTADOS	<u>2.467</u>	<u>1.979</u>	<u>1.793</u>	<u>590</u>	<u>453</u>	<u>321</u>	<u>317</u>	<u>330</u>	<u>230</u>	<u>1.299</u>	<u>887</u>	<u>651</u>
MATO GROSSO	481	361	342	163	132	98	131	95	84	205	164	88
MATO GROSSO DO SUL	507	463	415	87	73	70	75	55	54	176	160	125
GOIAS	966	734	668	149	112	68	57	152	56	268	165	158
DISTRITO FEDERAL	513	421	368	191	136	85	54	28	37	650	398	280
CAPITAIS	<u>76</u>	<u>90</u>	<u>60</u>	<u>47</u>	<u>33</u>	<u>33</u>	<u>45</u>	<u>30</u>	<u>30</u>	<u>55</u>	<u>60</u>	<u>49</u>
CUIABA	15	14	10	10	10	10	10	9	9	18	16	12
CAMPO GRANDE	23	33	19	9	8	8	9	8	7	14	18	18
GOIANIA	38	43	31	28	15	15	26	13	14	23	26	20
TOTAL	<u>2.542</u>	<u>2.069</u>	<u>1.853</u>	<u>637</u>	<u>486</u>	<u>353</u>	<u>362</u>	<u>360</u>	<u>281</u>	<u>1.354</u>	<u>947</u>	<u>700</u>

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990/91/92)

REGIAO CENTRO-OESTE

RECEITA E DESPESA COM EDUCACAO
POR ESTADOS E MUNICIPIOS DAS CAPITALIS

CR\$ milhoes

ESTADOS/CAPITAIS	Receita tributaria			Part. na receita da UNIAO			Cota parte do Fundo de Participacao (3)			Despesa com Educacao e cultura		
	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992
ESTADOS	167.880	809.730	8.161.631	40.154	185.534	1.459.766	21.570	135.105	1.049.038	88.405	362.714	2.981.811
MATO GROSSO	32.749	147.679	1.558.689	11.128	53.848	445.343	8.894	38.802	381.284	13.922	67.068	403.431
MATO GROSSO DO SU	34.496	189.330	1.888.061	5.891	30.011	317.307	5.133	22.407	244.508	11.986	65.467	567.299
GOIAS	65.750	300.491	3.038.196	10.140	45.898	308.985	3.890	62.285	253.094	18.261	67.332	718.111
(2) DISTRITO FEDERAL	34.885	172.230	1.676.685	12.995	55.777	388.131	3.653	11.611	170.152	44.236	162.847	1.272.970
CAPITAIS	5.143	36.722	273.891	3.224	13.366	148.463	3.058	12.261	138.983	3.734	24.485	223.883
CUIABA	987	5.767	44.559	700	4.137	44.407	650	3.836	41.785	1.207	6.551	53.273
CAMPO GRANDE	1.539	13.249	87.065	621	3.048	37.021	620	3.037	34.156	951	7.489	80.950
GOIANIA	2.617	17.706	142.267	1.903	6.181	67.035	1.788	5.388	63.042	1.576	10.445	89.660
TOTAL	173.023	846.452	8.435.522	43.378	198.900	1.608.229	24.623	147.366	1.188.021	92.139	387.199	3.185.694

Fonte: STN/ Execucão Orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores a precos correntes

(2) O GDF-Governo do Distrito Federal recebe recursos especificos para manutencão da Educacão sob supervisão do Ministerio da Fazenda

(3) Estados : FPE - Fundo de participacão dos Estados

Capitais: FPM- Fundo de Participacão dos Municipios

Recursos estaduais vinculados à educação x despesa global

. Os recursos vinculados à educação eram da ordem de US\$ 711,0 milhões em 1990 passando para US\$ 514,0 milhões em 1992, esta variação equivale a uma redução de 27,7% no período.

. O menor volume de recursos constitucionais vinculados à educação pertence ao Distrito Federal com US\$ 147,0 milhões e US\$ 103,0 milhões em 1991 e 1992, respectivamente.

. O maior volume de recursos pertence a Goiás com US\$ 259,0 milhões e US\$ 183,0 milhões, representando 36,4% e 35,6% em 1991 e 1992.

. O segundo colocado em termos de recursos vinculados é o Mato Grosso do Sul com US\$ 119,0 milhões e em terceiro lugar está o Mato Grosso com US\$ 109,0 milhões.

. A despesa global da região passou de US\$ 1.299,0 milhões para US\$ 651,0 milhões, decrescendo 50%. Porém, os estados, isoladamente, sofreram a seguinte redução: Mato Grosso e Distrito Federal 57%, Goiás 41% e Mato Grosso do Sul 29%, tornando-se a região que mais reduziu despesas.

. A maior despesa da região em 1990 é do Distrito Federal com US\$ 650,0 milhões caindo para US\$ 280,0 em 1992, apresentando uma queda de 57%, porém, continua liderando em termos de gastos. O maior impacto desta despesa ocorreu em 1991 com uma variação negativa de 39%. Em 1992, caiu mais 29,6% em relação ao exercício anterior.

. A menor despesa global neste período pertence ao Estado do Mato Grosso com US\$ 176,0 milhões em 1990 e US\$ 88,0 milhões em 1992, representando uma queda de 50%.

. A segunda despesa da região pertence a Goiás, porém, equivale a 50% dos gastos da primeira colocada, o que

demonstra a distância entre a despesa do Distrito Federal e⁶⁰ as demais.

. A despesa com o alunado da rede estadual nos níveis de ensino pré escolar - fundamental e médio passou de US\$ 1.285,6 milhões para US\$ 629,0 milhões, em 1992, representando uma queda de 51%, o que é drástico. Isto demonstra que estados da região investem pouco no ensino superior. O alunado decresceu 2,0% neste período, sendo que o responsável pela queda foi Goiás que isoladamente sofreu uma redução de 18%.

DESPESA ESTADUAL GLOBAL PER CAPITA ANUAL E MENSAL

A despesa estadual per capita anual e mensal da região em 1990 era US\$ 702,0 e 58,5 passando para US\$ 350,4 e US\$ 29,2 representando um decréscimo de 50%. Considerando o ano de 1992 a maior despesa anual e mensal per capita da região pertence ao Distrito Federal com US\$ 728,0 e US\$ 61,0, respectivamente. Entretanto, esta despesa sofreu grande oscilação visto que decresceu 46,3% em 1991 e 36,2% e seu alunado cresceu 25,6% e o corpo docente 15,4%, esta situação pode justificar a insatisfação do setor nestes últimos exercícios, visto que, o sindicato dos professores comandou várias greves paralisando o setor.

Apesar desta redução drástica em 1992 a situação do Governo do Distrito Federal em relação a despesa per capita no cenário nacional é uma maravilha, visto que, o valor de US\$ 728,4 anuais é o maior do Brasil. Em segundo lugar está o Rio de Janeiro com US\$ 649,7, Rio Grande do Sul US\$ 535,8, Roraima US\$ 499,3, Acre US\$ 489,4, São Paulo US\$ 426,3, Santa Catarina US\$ 301,4, Paraná US\$ 272,8, Espírito Santo US\$ 256,1 e Minas Gerais US\$ 231,2.

. Na região Centro Oeste, a maior despesa global per capita no valor de US\$ 728,4 é a do Distrito Federal, em segundo lugar está o Mato Grosso do Sul com US\$ 405,0, sendo sua despesa 44% menor que o primeiro colocado, Mato Grosso US\$ 239,2 e Goiás US\$ 187,4. Isto demonstra que o Distrito Federal não espelha a realidade da região.

A relação docente/ alunos no período (1990-92), era de 26,6 alunos para cada professor caindo para 25,2 em 1992, porém, está dentro dos padrões brasileiros.

. Neste período o quadro cresceu 3,1% e o alunado decresceu 1%.

. O alunado de Goiás decresceu (18%) e o quadro docente 12%.

. O alunado do Distrito Federal cresceu 26% e o quadro docente 15,4%.

. A maior relação docente/alunos em 1990 pertence a Goiás com 29,5 alunos por professor e a menor é do Distrito Federal com 22,0 alunos por professor.

. O Mato Grosso do Sul tem a segunda maior relação docente/alunos , com 25,8 alunos por professor.

. Em 1992, a maior relação é a de Goiás com 27,5 alunos por professor em segundo lugar está o Distrito Federal e Mato Grosso do Sul com 24,0 alunos, e a menor é do Mato Grosso com 23,3 alunos.

REGIAO CENTRO-OESTE

Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1990

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa com Ensino (pre-escolar ao medio)				anual	mensal
Mato Grosso	157,0	205,0	205,0	330.562	13.379	24,7	620,0	51,0
Mato Grosso do Sul	148,0	176,0	176,0	290.393	11.226	25,8	606,0	50,5
Goiias	259,0	268,0	254,6	905.332	30.530	29,5	281,0	23,4
Distrito Federal	147,0	650,0	650,0	305.954	13.821	22,0	2.124,0	177,0

Fonte: MEB/SA/S/DPS

STN/ Execução orçamentaria dos Estados e Municípios das capitais

(1) valores monetários nacionais foram convertidos em dolares (dolar medio 1990)

REGIAO CENTRO-OESTE

Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)

1991

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa c/ Ensino pre-escolar ao medio				anual	mensal
Mato Grosso	117,2	164,0	157,4	353.162	16.584	21,3	445,8	37,1
Mato Grosso do Sul	131,2	160,0	160,0	290.538	11.982	24,2	550,7	45,9
Goias	224,2	165,0	150,0	702.614	27.211	25,8	213,4	17,8
Distrito Federal	115,5	398,0	398,0	349.089	15.030	23,2	1.140,0	95,0

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucão orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1991)

REGIAO CENTRO-OESTE

Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)

1992

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa c/ Ensino pre-escolar ao medio				anual	mensal
Mato Grosso	109,0	88,0	88,0	367.942	15.754	23,3	239,2	20,0
Mato Grosso do Sul	119,0	125,0	122,0	301.281	12.526	24,0	405,0	33,7
Goiás	183,0	158,0	139,0	741.648	26.873	27,5	187,4	15,6
Distrito Federal	103,0	280,0	280,0	384.420	15.949	24,1	728,4	61,0

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucao orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1)valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1992)

1- EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS X DESPESAS ESTADUAIS COM EDUCAÇÃO (1990-1992)

Receita Estadual

A receita tributária é a principal fonte de recursos estaduais, visto que, constitucionalmente, 25% de sua arrecadação deve ser aplicada no sistema educacional, porém decresceu 22% em 1991 e 10% em 1992. Isto demonstra a recessão que o País entrou a partir de 1990 com o governo que iniciava, uma vez que o mesmo tinha como prioridade maior o equilíbrio das contas públicas.

. A receita tributária é a principal fonte financiadora da educação no país, visto que representa 73,0% em 1990 e 73,4% em 1991/92 do conjunto de recursos destinados à educação.

. A cota parte do salário - educação representa aproximadamente 10% do montante de recursos denominado "Participação na receita da União". Assim sendo, seu valor é da ordem de US\$ 815,0 milhões em 1990 e US\$ 550,0 em 1992, representando muito pouco no computo global, tendo sofrido uma variação negativa de 32,5% no período.

. A cota parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE, representa 10% em 1990/91 e 11% em 1992 no montante de recursos vinculados ao setor. Porém, sofreu uma redução de 22% em 1991 e 3% em 1992. Observa-se, que o maior impacto ocorreu em 1991.

2 RECEITA DAS CAPITALS

A receita tributária das capitais também é a principal receita vinculada ao setor, tendo se comportado no período da seguinte forma: cresceu 8,5% em 1991 e decresceu 17,6% em 1992, conforme tabela em anexo. Dentro do conjunto de receitas municipais representa 67% em 1990, 74,0% em 1991 e 73% em 1992.

. O salário educação representa aproximadamente 10%⁶³ das receitas integrantes do grupo "Participação na receita da União". Assim sendo, este montante de recursos é da ordem de US\$ 67,0 milhões, US\$ 53,8 milhões e US\$ 50,0 milhões, tendo decrescido 20% em 1991 e 6% em 1992, representando muito pouco em termos de financiamento educacional.

. A cota parte do Fundo de Participação dos Municípios para as capitais também sofreu redução de 25% em 1991 e cresceu 3,3% em 1992. Em 1990, representa 14,4% do montante de recursos vinculados ao setor e em 1991/92 representa, 11% e 13%, respectivamente.

. O sistema Nacional de educação tem como fonte principal a receita tributária e em segundo lugar as transferências referentes ao FPE, o que gera uma certa instabilidade nos fluxos de investimentos para o setor, conforme demonstrado através da evolução das receitas.

DISPÊNDIOS ESTADUAIS

A evolução dos dispêndios estaduais serão demonstrados por região no período (1990-92), conforme tabela em anexo.

. Os dispêndios estaduais com educação em 1990 foram da ordem de US\$ 11.407,0 milhões, caiu para US\$ 8.063 milhões e US\$ 7.929,0 milhões em 1992. Portanto, sofreu uma variação negativa de 29% em 1991 e 2% em 1992, globalizando 31% em termos de redução neste período.

. A região que mais gasta com educação é a Sudeste com US\$ 6.203,0 , US\$ 4.372,0 e US\$ 4.299,0 milhões, representando 54,4% dos dispêndios neste período. Em segundo lugar, está a região Sul com US\$ 1.731,0 , US\$ 1.174,0 e US\$ 1.220,0, representando, 15,2%, 14,6% e 15,4%. Em terceiro lugar está a região Nordeste com 13,6%, 13,7% e 15,9%. Em quarto lugar está a região Centro Oeste com 11,4%, 11% e 8,2% e, finalmente, a região Norte com 5,4%, 6,5% e 6,3%.

. A região Sudeste é a que mais gasta com educação, porém, tem a maior quantidade de alunos e estabelecimentos de ensino. Em segundo lugar está a região Sul, que em relação ao alunado está em terceiro lugar. Estas duas regiões responsáveis pelas maiores despesas educacionais são as mais desenvolvidas do Brasil e financiam seus sistemas educacionais com recursos próprios, pois, os recursos federais não representam 10% de sua receita.

. A região Nordeste que é a terceira colocada em termos de dispêndios e segunda em termos de alunado, têm nas transferências federais uma das principais fontes de recursos, visto que representa 73,6% da receita tributária. Os recursos federais financiam 47% dos dispêndios com educação, isto demonstra que a região Nordeste depende destes recursos para manter o sistema educacional. Além disso, conforme demonstrado no capítulo por regiões somente três estados : Bahia, Pernambuco e Ceará são responsáveis por 72% da receita tributária arrecadada na região.

. Em quarto lugar em termos de dispêndios está a região Centro Oeste que mantém esta colocação em termos de receita tributária. Porém, somente dois estados: Goiás e Mato Grosso do Sul arrecadam 60,0% dos impostos.

. Em quinto lugar aparece a região Norte, tanto em relação aos dispêndios quanto a receita tributária.

. Podemos afirmar que no Brasil o financiamento da educação está vinculado ao desenvolvimento econômico.

DISPÊNDIOS DAS CAPITALS

. Os dispêndios dos municípios das capitais foi de US\$ 1.513,0 , US\$ 1.437,0 e US\$ 1.295,0, no período 1990-92, respectivamente. O reflexo desta redução representou uma variação negativa de 5% e 10%. Isto demonstra que as despesas com educação nas capitais não sofreram grandes oscilações como nos Estados, o que é bom. Os dispêndios das capitais estão concentrados por ordem de grandeza em 1992 da seguinte forma :

<u>REGIÕES</u>	<u>%</u>
1- Sudeste	69,0
2- Nordeste	12,0
3- Sul	10,0
4- Norte	5,0
5- Centro Oeste	4,0

. Observa-se, que o gasto das capitais da região sudeste é seis vezes maior que os da região Nordeste que é a segunda colocada e o dobro do conjunto de recursos gastos pelas outras capitais que representam juntas somente 30,0% dos dispêndios. Isto demonstra as imensas desigualdades regionais existentes.

. Observa-se , que não houve grandes variações dos dispêndios em termos de regiões neste período, mas redução de recursos de forma linear.

. Os dispêndios das capitais representam no período 13,2%, 17,8% e 16,3%, respectivamente dos gastos estaduais. Isto demonstra que os municípios do interior e sua grande maioria não têm recursos próprios para manter seu sistema educacional.

BRASIL

Fontes de recursos vinculados a educaçao
por ESTADOS e Municipios das capitais
1990\1992

US\$ milhoes

EXERCICIO	Estados				Municipios das capitais			
	Receita tributaria	Part. na receita da UNIAO	Cota parte FPE	TOTAL	Receita tributaria	Part. na receita da UNIAO	Cota parte FPM	TOTAL
1990	36.451	8.154	5.022	49.627	2.422	666	520	3.608
1991	28.468	6.309	3.927	38.704	2.647	530	389	3.589
1992	25.665	5.499	3.815	34.979	2.182	494	402	2.995

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990/91/92)

BRASIL

Fontes de recursos vinculados a educaçao
por ESTADOS e Municipios das capitais
1990\1992

CR\$ milhoes

EXERCICIO	Estados				Municipios das capitais			
	Receita tributaria	Part. na receita da UNIAO	Cota parte FPE	TOTAL	Receita tributaria	Part. na receita da UNIAO	Cota parte FPM	TOTAL
1990	2.480.719	554.930	341.797	3.377.446	164.802	45.339	35.389	245.530
1991	11.650.495	2.582.068	1.607.349	15.839.912	1.083.276	217.051	159.295	1.459.622
1992	116.812.278	25.029.589	17.365.570	159.207.437	9.933.955	2.251.670	1.828.937	14.014.562

Fonte: STN/ Execucao orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

Obs: valores a precos correntes e em moeda corrente

ESTADOS
Evolução dos dispendios com
Educação nos Estados por região
1990\1992

REGIOES	US\$ milhoes					
	1990	%	1991	%	1992	%
NORTE	625	5,4	525	6,5	500	6,3
NORDESTE	1.550	13,6	1.105	13,7	1.259	15,9
SUDESTE	6.203	54,4	4.372	54,2	4.299	54,2
SUL	1.731	15,2	1.174	14,6	1.220	15,4
CENTRO-OESTE	1.299	11,4	886	11,0	651	8,2
TOTAL	11.407	100	8.063	100	7.929	100

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos(dolar medio 90/91/92)

MUNICIPIOS DAS CAPITALIS
Evolução dos dispendios com
Educação nos Estados por região
1990\1992

REGIOES	US\$ milhoes					
	1990	%	1991	%	1992	%
NORTE	70	4,6	77	5,4	67	5,2
NORDESTE	179	11,8	184	12,8	157	12,1
SUDESTE	1.098	72,6	1.005	69,9	899	69,4
SUL	111	7,3	111	7,7	123	9,5
CENTRO-OESTE	55	3,6	60	4,2	49	3,8
TOTAL	1.513	100	1.437	100	1.295	100

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos(dolar medio 90/91/92)

ESTADOS
Evolucao dos dispendios com
Educacao nos Estados por regio
1990\1992

REGIOES	CR\$ milhoes					
	1990	%	1991	%	1992	%
NORTE	42.545	5,4	214.904	6,5	2.276.132	6,3
NORDESTE	105.461	13,6	452.196	13,7	5.730.373	15,9
SUDESTE	422.119	54,4	1.789.323	54,2	19.565.987	54,2
SUL	117.784	15,2	480.464	14,6	5.551.610	15,4
CENTRO-OESTE	88.405	11,4	362.714	11,0	2.961.811	8,2
TOTAL	776.314	100	3.299.601	100	36.085.913	100

Fonte: STN/ Execucao Orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

Obs: valores a precos correntes

MUNICIPIOS DAS CAPITALS
Evolucao dos dispendios com
Educacao nos Estados por regio
1990\1992

REGIOES	CR\$ milhoes					
	1990	%	1991	%	1992	%
NORTE	4.751	4,6	31.507	5,4	308.928	5,3
NORDESTE	12.240	11,9	75.537	12,8	717.605	12,2
SUDESTE	74.730	72,6	411.196	69,9	4.090.258	69,8
SUL	7.536	7,3	45.436	7,7	520.405	8,9
CENTRO-OESTE	3.734	3,6	24.485	4,2	223.883	3,8
TOTAL	102.991	100	588.161	100	5.861.079	100

Fonte: STN/ Execucao Orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

Obs: valores a precos correntes

Recursos Estaduais vinculados à educação x despesa global com educação

Os recursos estaduais vinculados à educação são da ordem de US\$ 10.485,2, US\$ 8.255,4 e US\$ 7.506,0 milhões neste período conforme demonstrado nas tabelas em anexo. Estes valores demonstram uma queda de 21,3% e 28,5% em relação a 1990. Esta variação negativa vai refletir nas despesas.

. O maior volume de recursos vinculados em 1992 é da região Sudeste com US\$ 4.069,0 milhões em segundo lugar está a região Nordeste com US\$ 1.389,0 milhões, em terceiro região Sul com US\$ 1.080,0, em quarto lugar está a região Centro Oeste com US\$ 514,0 milhões e finalmente a região Norte com US\$ 457,0 milhões.

. A despesa estadual no período 1990-1992 foi de US\$ 11.408,0 , US\$ 8.063,0 e US\$ 7.929,0 milhões , decrescendo 29,0% e 2%, respectivamente. Observa-se, que o maior impacto ocorreu em 1991, sendo que neste exercício não foram aplicados os recursos determinados por lei, visto que sua despesa ficou 2% menor.

. A região Centro Oeste foi a que sofreu a maior redução na despesa global (50%) em 1992. Em segundo está a região Sudeste com 31%, região Sul com 30%, região Norte e Nordeste com 20% e 19%, respectivamente.

. Se compararmos os recursos globais x despesa global, observa-se que a queda na despesa foi maior que na receita, o que demonstra uma redução real nas despesas, pois, o alunado não decresceu.

. As regiões que não aplicaram os recursos constitucionais foram:

<u>REGIÕES</u>	<u>1990</u>	<u>1991</u>	<u>1992</u>
Nordeste	(13,0)	(24,5)	(9,0)
Sudeste	-	(2,3)	-
Sul	-	(4,0)	-

. Observa-se que a região Nordeste aplicou somente 87% dos recursos constitucionais disponíveis em 1990, aplicou menos ainda em 1991(75,5%) e melhorou em 1992, visto que aplicou 91,0%.

. A região Sudeste em 1991, aplicou somente 97,7%, tendo apresentado uma pequena variação negativa que é superada em 1992, visto que seus dispêndios cresceram 5,6% além do obrigatório constitucionalmente.

. A região Sul também em 1991, aplicou só 96%, porém, em 1992 seus dispêndios cresceram 13%.

. As regiões que aplicaram mais recursos que os exigidos por lei foram :

REGIÃO	1990	1991	1992
Norte	3,3	1,7	1,0
Sudeste	7,5	-	5,6
Sul	5,3	-	13,0
Centro Oeste	82,0	51,0	27,0

. Em 1990 , somente a região Nordeste não aplicou os recursos constitucionais.

. Em 1991 só a região Norte e Centro Oeste aplicaram mais recursos que os exigidos por lei.

. Em 1992, só a região Nordeste não aplicou o necessário, porém, melhorou em relação a 1991.

. Observa-se que a região Sul elevou seus gastos em⁶⁸ 13,0% além do exigido constitucionalmente, o que a torna modelar para o Brasil.

. A região Centro Oeste sofreu uma queda brutal neste período. Esta situação é atípica porque o Distrito Federal não depende de sua receita tributária para manter o sistema educacional, uma vez que recebe recursos do Ministério da Fazenda para tal finalidade e estes decresceram 52% em 1991 e 62% em 1992.

DESPESA ESTADUAL GLOBAL PER CAPITA ANUAL E MENSAL

A despesa média estadual per capita anual e mensal dos Estados no período (1990-92) foi da ordem de US\$ 574,9 e US\$ 48,0 , US\$ 364,1 e US\$ 30,0 e US\$ 344,7 e US\$ 28,7, respectivamente. Observa-se que o maior impacto nesta despesa ocorre em 1991 com uma queda de 36,7%, porém em 1992 cai mais 5,0%.

. O impacto no valor da despesa global per capita nas regiões foi o seguinte:

	<u>1991</u>	<u>1992</u>
	%	%
1- Sudeste	(43,0)	(4,0)
2- Sul	(40,0)	3,0
3- Norte	(32,0)	(14,0)
4- Centro Oeste	(27,0)	(31,0)
5- Nordeste	(23,0)	9,0

. Observa-se que no ano de 1991, todas as regiões decresceram, porém , em 1992 as regiões Sul e Nordeste apresentaram variação positiva.

. A maior despesa per capita do Brasil em 1992 pertence a região Sudeste com US\$ 379,6 , em segundo está a região Sul com US\$ 375,0 , em terceiro está a região Centro

Oeste com US\$ 350,4 , Norte com US\$ 274,5 e Nordeste com US\$⁶⁹ 268,1.

. Porém, se analisarmos a despesa global per capita anual por estados, em 1992, os seis primeiros colocados são: Em primeiro lugar está o Distrito Federal com US\$ 728,4 , em segundo o Rio de Janeiro com US\$ 649,7 , em terceiro o Rio Grande do Sul com US\$ 535,8 , em quarto Roraima com US\$ 499,0, em quinto lugar o Acre com US\$ 489,4 e em sexto São Paulo com US\$ 426,3.

RELAÇÃO DOCENTE / ALUNOS

. A relação docente/ alunos no período foi de 21,3 , 22,0 e 22,6% , respectivamente, o que demonstra uma certa estabilidade no setor e que o mesmo não está inchado.

Em 1990 o alunado estadual nos níveis de ensino pré escolar ao médio era de 18.515.813 alunos em 1991 elevou para 20.137.898 alunos , crescendo 8,7%. O quadro docente era 868.752 professores, cresceu 5,1%, passando para 913.592 docentes.

. Em relação a 1990 o alunado decresceu em algumas regiões tais como:

Nordeste - (5,0)

Centro Oeste- (2,0)

. Entretanto o corpo docente das regiões Nordeste e Centro Oeste apresentaram um crescimento 4% e 3%, respectivamente.

. A maior relação docente / alunos em 1990 pertence a região Norte com 27,8 alunos por professor, seguida da Nordeste 26,8 alunos , Centro Oeste 26,5 alunos, Sudeste 19,3 e Sul 16,7 alunos. Observa-se que as regiões mais desenvolvidas apresentam uma relação bem menor.

. Em 1992 a situação desta relação sofre uma pequena variação ficando da seguinte forma: Região Norte 26,3 alunos

por professor, seguida da região Centro Oeste 25,2 alunos,⁷⁰ Nordeste 24,3 alunos, Sudeste 20,2 alunos e Sul 18,8 alunos.

. A região Nordeste sofre uma redução passando para o terceiro lugar e a Centro Oeste vai para o segundo. Entretanto, esta relação nas regiões Sudeste e Sul elevaram, porém, são as menores do Brasil.

BRASIL
Despesa global per capita por regioao
1990/91/92

US\$ 1.00

REGIOES	1990 (A)		1991 (B)		1992 (C)		% C/A
	anual	mensal	anual	mensal	anual	mensal	
NORTE	468,7	39,0	318,6	26,5	274,5	22,9	(41,4)
NORDESTE	320,0	26,7	245,3	20,4	268,1	22,3	(16,2)
SUDESTE	694,2	57,8	397,0	33,0	379,6	31,6	(45,3)
SUL	603,7	50,3	363,7	30,3	375,0	31,3	(37,9)
CENTRO-OESTE	702,0	58,5	510,4	42,5	350,4	29,2	(50,1)

BRASIL
Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1990

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constil. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa com ensino (pre-escolar ao medio)				anual	mensal
TOTAL	10.485,2	11.408,0	10.645,3	18.515.813	868.752	21,3	574,9	48,0
Norte	605,0	625,0	580,0	1.237.326	44.471	27,8	468,7	39,0
Nordeste	1.784,0	1.550,0	1.456,5	4.550.362	169.709	26,8	320,0	26,7
Sudeste	5.742,0	6.203,0	5.716,0	8.233.824	426.338	19,3	694,2	57,8
Sul	1.643,2	1.731,0	1.607,2	2.662.060	159.278	16,7	603,7	50,3
Centro-Oeste	711,0	1.299,0	1.285,6	1.832.241	68.956	26,5	702,0	58,5

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucao orcamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1990)

BRASIL
Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1991

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constil. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa com ensino (pre-escolar ao medio)				anual	mensal
TOTAL	8.255,4	8.063,0	7.333,0	20.137.898	913.592	22,0	364,1	30,3
Norte	515,9	525,0	509,8	1.600.097	60.018	26,6	318,6	26,5
Nordeste	1.464,5	1.105,0	1.021,1	4.161.526	180.251	23,1	245,3	20,4
Sudeste	4.465,0	4.372,0	3.866,7	9.739.321	440.862	22,0	397,0	33,0
Sul	1.221,9	1.174,0	1.070,0	2.941.551	161.654	18,2	363,7	30,3
Centro-Oeste	588,1	887,0	865,4	1.695.403	70.807	23,9	510,4	42,5

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execução orçamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1991)

BRASIL
Despesa global per capita do alunado Estadual nos niveis
de Ensino (pre-escolar, fundamental e medio)
1992

ESTADOS	US\$ MILHOES			Alunado Estadual	Funcoes Docentes	Relacao Docente/ alunos	Despesa media global per capita (US\$ 1,00)	
	Recursos constit. vinc. a Educacao	Despesa global c/ Educacao	Despesa com ensino (pre-escolar ao medio)				anual	mensal
TOTAL	7.506,0	7.929,0	7.231,6	20.977.731	928.826	22,6	344,7	28,7
Norte	457,0	500,0	482,5	1.757.722	66.710	26,3	274,5	22,9
Nordeste	1.386,0	1.259,0	1.156,7	4.314.037	176.884	24,3	268,1	22,3
Sudeste	4.069,0	4.299,0	3.848,4	10.137.435	456.079	22,2	379,6	31,6
Sul	1.080,0	1.220,0	1.115,0	2.973.246	158.051	18,8	375,0	31,3
Centro-Oeste	514,0	651,0	629,0	1.795.291	71.102	25,2	350,4	29,2

Fonte: MEC/ SAG/ CPS

STN/ Execucão orçamentaria dos Estados e Municipios das capitais

(1) valores monetarios nacionais foram convertidos em dolares americanos (dolar medio 1992)

. Os dispêndios federais com educação no período 1990-1992, excluindo algumas despesas foram da ordem de US\$ 5,1 , US\$ 3,9 , US\$ 2,8 e US\$ 4,9 bilhões. Verifica-se uma queda de 23,5% e 28% em 1991 e 1992, crescendo 75% em 1993, (tabelas em anexo). O maior impacto ocorreu em 1992 com uma redução de 28% no montante global das despesas, porém , eleva substancialmente em 1993, voltando aos mesmos patamares de 1990.

Se incluirmos os dispêndios correlacionados com educação tais como: inativos e pensionistas, Hospitais universitários, a despesa da União eleva conforme abaixo:

UNIÃO

DISPÊNDIOS GLOBAIS COM EDUCAÇÃO

(US\$ bilhões)

	1990	1991	1992	1993
União	6,4	4,9	3,7	6,4

Observa-se que a despesa em 1993, recupera todas as perdas reais, visto que volta ao nível de 1990. Cabe ressaltar que as despesas com inativos e pensionistas duplicaram em relação a 1990, representando 10% dos dispêndios globais.

. Os estados gastaram no período de 1990-1992 US\$ 11,4 , US\$ 8,0 e US\$ 7,9 bilhões, apresentando uma variação negativa de 29,8% em 1991 e 1% em 1992. Observa-se que o maior impacto ocorreu em 1991, permanecendo estável em 1992.

. Os Municípios das capitais gastaram US\$ 1,5 , US\$ 1,4 e US\$ 1,3 bilhões de dólares, apresentando uma variação negativa de 7% em 1991 e 1992.

. Os demais Municípios em 1990 gastaram US\$ 1,7 bilhões, que somados aos dispêndios realizados pelas

BRASIL
DISPÊNDIOS COM EDUCAÇÃO
1990 A 1993

PODER PÚBLICO	Bilhões de dólares			
	1990	1991	1992	1993
(1) União	5,1	3,9	2,8	4,9
Estados	11,4	8,0	7,9	-
Municípios das capitais	1,5	1,4	1,3	-
Demais municípios	1,7	1,7	1,7	-
TOTAL	19,7	15,0	13,7	4,9

(1) Excluída as despesas com merenda escolar, hospitais universitários, inativos e pensionistas e Estados/ salário educação
(2) valores monetários nacionais foram convertidos em dólares americanos (dólar médio 1990/91/92/93)

capitais que são da ordem de US\$ 1,5 bilhão, atingem o⁷² montante global de US\$ 3,2 bilhões. Assim sendo, o gasto das capitais representa 47% dos dispêndios municipais com educação no Brasil.

. Considerando o fato da receita tributaria estadual e municipal em 1992 ter decrescido 30% e 10% , respectivamente, e , isto refletiu nas despesas estaduais e municipais, os dispêndios dos Municípios do interior em 1991 e 1992 no máximo permaneceram estáveis.

. Neste contexto, podemos afirmar que no Brasil :

. A esfera pública que mais gasta com educação é a estadual, representando 58%; 53,0% e 58% dos gastos globais realizados neste período.

. Em segundo lugar está a União com 26% em 1990/91, caindo para 20,0% em 1992, recuperando em 1993, com um crescimento de 75% em relação a 1992, voltando aos mesmos patamares de 1990.

. Em terceiro lugar está os Municípios com 16,0%; 21,0% e 22,0%, respectivamente.

. O fluxo de investimentos para o setor educacional 'e um dos mais penalizados.

. Os recursos provenientes da arrecadação de impostos federais vinculados ao setor são gastos com o sistema federal de ensino.

. A despesa global per capita dos alunos da rede estadual no Brasil é muito pequena, visto que em 1992 é da ordem de US\$ 345,0 anuais e US\$ 29,0 mensais. As regiões Sudeste , Sul e Centro Oeste estão no mesmo nível e seus gastos são de aproximadamente US\$ 368,0 e US\$ 31,0, portanto nem as mais desenvolvidas gastam US\$ 35,0 / mês. As regiões Norte e Nordeste estão na faixa de US\$ 271,0 e US\$ 23,0, portanto 26,4% menor.

. A relação docente/ alunos é 22,6 alunos por docente.

. Só a região Nordeste não aplicou em educação os⁷³ recursos vinculados ao setor.

. A despesa global com educação no Brasil é maior que os recursos constitucionais vinculados ao setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CASTRO, Cláudio M. - "O que está acontecendo com a Política Educacional no Brasil".
2. SALM, Cláudio. - "Financiamento das Políticas Sociais".
3. STEVENSON, D. K.. "Vida e Instituições Americanas"

